

R\$ 3,06 TRILHÕES JÁ REPRESENTAM 54,8% DO PIB

BC diz que crédito cresce em ritmo estável

Operações avançam 1,2% em março e acumulam avanço de 11,2% em 12 meses

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Tulio Maciel, disse nesta sexta-feira que os números relativos às operações de crédito em março mostram que o mercado de empréstimos está “em ritmo de crescimento constante, estável”.

A autoridade monetária havia divulgado que as operações de crédito somaram R\$ 3,06 trilhões no mês passado, 1,2% mais que em fevereiro. Em 12 meses, o crescimento foi de 11,2%.

O montante representou 54,8% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos em um país). O volume correspondia a 52,2% em março de 2014. As informações foram divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central (BC).

Do montante das operações de crédito, R\$ 1,62 trilhão são de pessoas jurídicas e R\$ 1,438 trilhão de pessoas físicas. O saldo de operações envolvendo pessoas jurídicas cresceu 1,6% em comparação a fevereiro e 10% em doze meses. No caso de pessoas físicas, houve alta mensal de 0,8%, e a anual de 12,6%.

O crédito com recursos livres, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado, somou R\$ 1,57 trilhão. Houve alta de 0,8% em comparação a fevereiro e de 5,2% em doze meses.

O crédito com recursos direcionados, em que os empréstimos devem seguir regras definidas pelo governo, alcançou saldo de R\$ 1,48 trilhão, registrando alta de 1,6% no mês e de 18,4% em doze meses.

Os financiamentos a pessoas físicas totalizaram R\$ 652 bilhões, expansão mensal de 1,3%, impulsionada pelo crédito imobiliário. Nas operações destinadas às empresas, saldo de R\$ 830 bilhões, o aumento de 1,8% foi determinado, principalmente, pelo desempenho dos financiamentos para investimentos com recursos do BNDES, condicionado pelo aumento dos desembolsos e pelos efeitos da depreciação cambial do período.

O BC projeta crescimento de 11% para o estoque das operações de crédito em 2015. “Essa situação de crescimento estável ocorre em um quadro de inadimplência baixa e em um ambiente de



Tulio Maciel: ‘Ocorre em um quadro de inadimplência baixa e em um ambiente de elevação dos juros’

elevação dos juros”, destacou Maciel, em coletiva de imprensa para comentar os dados de março.

Juros

Os juros para pessoas físicas continuaram em patamar elevado em março. De acordo com dados divulgados pelo BC, a taxa média de juros com recursos livres - que podem ser aplicados livremente pelos bancos - ficou em 54,4% ao ano. O número superou a taxa de 54,3% ao ano de fevereiro, até então a maior da série histórica do BC, iniciada em março de 2011.

Boa parte do aumento dos juros deveu-se ao cheque especial, cuja taxa média anual

chegou a 220% ao ano em março. O valor é o maior em 19 anos. Anteriormente, a maior taxa havia sido a de março de 1996, de 217,71% ao ano. A série histórica do BC para juros do cheque especial começa em 1994.

Os juros do cartão de crédito também contribuíram para o resultado. A taxa global ficou em 79,1% ao ano no mês passado, a maior desde setembro de 2012. A análise engloba os juros para aquisições parceladas e para o crédito rotativo. A taxa para compras parceladas, de 111,5% ao ano, caiu 0,6 ponto percentual em relação a fevereiro. No entanto, os juros para o crédito rotativo no cartão atingiram 345,8% ao ano, o maior valor desde o

início da série histórica do BC, em março de 2011.

Inadimplência

A inadimplência com recursos livres para pessoas físicas e jurídicas ficou em 4,4% em março, estável tanto em relação a fevereiro quanto na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O chefe do Departamento Econômico atribuiu os juros mais altos às elevações da Selic, taxa básica de juros da economia, atualmente em 12,75% ao ano. “Isso a elevação dos juros segue principalmente o ciclo de política monetária”, disse Maciel. Ele destacou, em março, o crescimento das operações envolvendo o crédito consignado, principalmente entre os aposentados.

De acordo com dados do BC, o saldo dessas operações cresceu 0,9% em março em relação a fevereiro, e 12,8% em 12 meses. Quando levados em conta somente os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), grupo que engloba os aposentados, a alta fica em 1,7% no mês e em 16,3% em 12 meses. Segundo Tulio Maciel, isso ainda é reflexo de um aumento dos prazos para pagamento do consignado, anunciado pelo governo no final do ano passado.

Outro motivo, disse ele, pode ser a busca de crédito com juros mais baixos, no atual cenário de elevação.

Geração de caixa da Rumo será negativa até 2019

O plano de investimentos da Rumo Logística, revelado durante teleconferência, deve fazer com que a geração de fluxo de caixa continue negativa até 2019, enquanto a alavancagem deve ficar próxima de 5,5 vezes, de acordo com relatório do Credit Suisse.

O banco destaca que o planejamento mostra uma combinação de Ebitda 17% acima do esperado em 2019 em conjunto com a implantação de capex 132% maior, o que comprometeria a geração de caixa da empresa.

Segundo o Credit Suisse, esse impulso significativo no capex só deve se materializar caso a Rumo consiga acertar com o governo uma renovação de concessões por mais 30 anos. Nesse cenário, a substituição diminuiu o preço alvo das ações da Rumo, passando de R\$ 2,95 por papel para R\$ 2,40 por ação.

O Credit Suisse ainda destaca que, considerando as perspectivas desafiadoras no aspecto operacional de curto prazo, a reavaliação da Rumo depende de alguns aspectos a serem atingidos, como o gerenciamento da dívida, a renovação de concessões e a devolução de trechos não rentáveis.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

| Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1) | | Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1) | |
|---|--------------------|---|------------------------------------|---|------------------------------------|
| | 2014 | 2013 | Período de 01/01/2014 a 31/12/2014 | Período de 01/01/2013 a 31/12/2013 | Período de 01/01/2014 a 31/12/2013 |
| Ativo Circulante | 312.959.696 | 272.657.383 | 188.956.431 | 150.099.625 | 39.021.362 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4) | 267.572.992 | 238.245.526 | 188.956.431 | 150.099.625 | 259.491.755 |
| Caixa e bancos | 2.740.651 | 2.016.763 | 182.182.355 | 142.259.022 | 280.452.196 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 40.988.190 | 30.083.100 | 3.149.988 | 3.762.877 | 48.675.631 |
| Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis | 4.010 | 4.010 | 33.906 | 540.605 | 2.168.822 |
| Sistema único de saúde | 41.239.971 | 28.455.690 | 3.590.182 | 3.537.121 | 347.413 |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | 966.158 | 2.493.926 | (2.251.201) | (2.192.377) | 517.852 |
| Outras contas e receber (Nota 5) | (1.217.939) | (670.526) | (23.900.801) | (21.053.488) | 517.852 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 4.398.514 | 4.328.757 | (3.590.182) | (3.537.121) | 390.241 |
| Estoques | 4.398.514 | 4.328.757 | (29.908.848) | (26.940.631) | 4.017.477 |
| Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6) | 4.398.514 | 4.328.757 | (166.664) | (157.285) | 3.539.275 |
| Ativo não Circulante | 26.205.760 | 19.198.538 | 159.047.583 | 123.158.994 | 249.626.930 |
| Realizável a Longo Prazo | 3.768 | 138.702 | (45.310.307) | (37.198.538) | (11.322.260) |
| Contingências judiciais | 25.282.526 | 18.051.554 | (19.718.664) | (16.454.926) | (30.953.626) |
| Imobilizado (Nota 7) | 16.576.561 | 12.218.799 | 114.815.185 | 86.837.907 | 1.782.938 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 1.599.723 | 1.586.675 | (93.607.138) | (82.629.222) | 1.193.663 |
| Equipamentos de informática | 734.466 | 206.413 | (59.591.587) | (52.566.437) | 1.908.168 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 273.249 | 273.249 | (19.718.664) | (16.454.926) | 4.213 |
| Veículos | 796.376 | 678.523 | (9.335.783) | (9.759.297) | 464.142 |
| Móveis e Utensílios | 81.507 | 4.444.831 | (2.168.822) | (1.903.464) | 1.215 |
| Imobilizações em andamento | 8.687.111 | 325.079 | (2.792.282) | (1.945.098) | 9.693.896 |
| Benefetórias em imóveis de terceiros | 157.614 | 119.950 | 1.077.909 | 877.451 | (9.662.900) |
| Outras imobilizações | (3.624.081) | (1.801.965) | 21.208.047 | 4.208.685 | (19.852.519) |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | 919.466 | 1.008.282 | 27.467.584 | 19.680.887 | 134.934 |
| Intangíveis | 1.419.938 | 1.254.008 | 27.467.584 | 19.680.887 | 23.246.466 |
| Direitos de uso de softwares | (500.472) | (245.726) | (106.843) | (88.222) | 238.245.526 |
| (-) Amortizações acumuladas | 339.165.456 | 291.855.921 | 27.574.427 | 19.769.109 | 238.245.526 |
| Total do Ativo | 339.165.456 | 291.855.921 | 48.675.631 | 23.889.572 | 267.572.992 |
| Passivo Circulante | 16.104.880 | 14.321.942 | 21.297.142 | 12.495.329 | 267.572.992 |
| Fornecedores | 8.256.701 | 7.063.038 | (21.297.142) | (12.495.329) | 238.245.526 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 8) | 2.026.963 | 1.908.168 | (21.297.142) | (12.495.329) | 238.245.526 |
| Adiantamentos de clientes | 108.421 | 104.208 | (4.771.427) | (4.396.875) | 238.245.526 |
| Provisão para férias e encargos | 4.769.902 | 4.305.760 | (4.380.807) | (2.150.061) | 238.245.526 |
| Outras contas a pagar | 942.893 | 940.768 | (12.144.908) | (5.948.393) | 238.245.526 |
| Passivo não Circulante | 4.407.718 | 4.017.477 | 48.675.631 | 23.889.572 | 238.245.526 |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | 4.407.718 | 4.017.477 | 48.675.631 | 23.889.572 | 238.245.526 |
| Patrimônio Líquido | 318.652.858 | 273.516.502 | 249.626.930 | 238.899.572 | 238.245.526 |
| Patrimônio social (Nota 9) | 318.652.858 | 273.516.502 | 249.626.930 | 238.899.572 | 238.245.526 |
| Patrimônio social | 269.977.227 | 249.626.930 | 238.899.572 | (23.889.572) | 238.245.526 |
| Superávit/(déficit) do exercício | 48.675.631 | 23.889.572 | 269.977.227 | 48.675.631 | 238.245.526 |
| Total do Passivo | 339.165.456 | 291.855.921 | 249.626.930 | 238.899.572 | 238.245.526 |

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1) | |
|---|------------------------------------|---|------------------------------------|
| | Período de 01/01/2014 a 31/12/2014 | Período de 01/01/2013 a 31/12/2013 | Período de 01/01/2014 a 31/12/2013 |
| Receita com Prestação de Serviços em Saúde | 188.956.431 | 150.099.625 | 39.021.362 |
| Prestação de serviços de atendimentos hospitalares | 188.956.431 | 150.099.625 | 259.491.755 |
| Convênios de saúde privados | 182.182.355 | 142.259.022 | 280.452.196 |
| Atendimentos a não conveniados | 3.149.988 | 3.762.877 | 48.675.631 |
| Sistema único de saúde | 33.906 | 540.605 | 2.168.822 |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | 3.590.182 | 3.537.121 | 347.413 |
| Deduções das Receitas | (29.908.848) | (26.940.631) | 517.852 |
| Glossos de convênios | (2.251.201) | (2.192.377) | 517.852 |
| Repasses | (23.900.801) | (21.053.488) | 390.241 |
| Serviços hospitalares - gratuidades | (3.590.182) | (3.537.121) | 3.539.275 |
| Descontos e abatimentos | (166.664) | (157.285) | (11.322.260) |
| Receita Operacional Líquida | 159.047.583 | 123.158.994 | 249.626.930 |
| Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos | (45.310.307) | (37.198.538) | 1.782.938 |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | (45.310.307) | (37.198.538) | 1.193.663 |
| Resultado Operacional Bruto | 114.815.185 | 86.837.907 | 1.908.168 |
| Receitas e Despesas Operacionais | (93.607.138) | (82.629.222) | 4.213 |
| Despesas com pessoal | (59.591.587) | (52.566.437) | 464.142 |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | (19.718.664) | (16.454.926) | 1.215 |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | (9.335.783) | (9.759.297) | 9.693.896 |
| Depreciações e amortizações | (2.168.822) | (1.903.464) | (9.662.900) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (2.792.282) | (1.945.098) | (19.852.519) |
| Outras receitas operacionais (Nota 10) | 1.077.909 | 877.451 | 134.934 |
| Superávit/(Déficit) do Exercício antes das Despesas e Recargas Financeiras | 21.208.047 | 4.208.685 | 23.246.466 |
| Despesas e receitas financeiras | 27.467.584 | 19.680.887 | 238.245.526 |
| Despesas financeiras | (106.843) | (88.222) | 238.245.526 |
| Receitas financeiras | 27.574.427 | 19.769.109 | 238.245.526 |
| Superávit/(Déficit) do Exercício antes das Participações Beneficê e Imunidades | 48.675.631 | 23.889.572 | 267.572.992 |
| Benefício Tributário Auferido | 21.297.142 | 12.495.329 | 238.245.526 |
| Isenções e Imunidades (Nota 13) | (21.297.142) | (12.495.329) | 238.245.526 |
| COFINS | (4.771.427) | (4.396.875) | 238.245.526 |
| Contribuição social sobre o Lucro | (4.380.807) | (2.150.061) | 238.245.526 |
| Imposto de renda pessoa jurídica | (12.144.908) | (5.948.393) | 238.245.526 |
| Superávit/(Déficit) do Exercício | 48.675.631 | 23.889.572 | 238.245.526 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período de 01/01/2014 a 31/12/2014 (Em Reais 1)

| Conta | Patrimônio Social | | Superávit do Exercício | Total |
|---|--------------------------------|------------------------|------------------------|-------------|
| | Superávits e Débits Acumulados | Superávit do Exercício | | |
| Saldo em 01/01/2013 | | | | |
| Patrimônio verido de outra entidade congênera | 249.626.930 | - | 249.626.930 | 249.626.930 |
| Superávit/(déficit) do exercício | - | 23.889.572 | 23.889.572 | 23.889.572 |
| Saldo em 31/12/2013 | 249.626.930 | 23.889.572 | 273.516.502 | 273.516.502 |
| Transferência para patrimônio social | 23.889.572 | (23.889.572) | - | - |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | (3.539.275) | - | (3.539.275) |
| Superávit/(déficit) do exercício | - | 48.675.631 | 48.675.631 | 48.675.631 |
| Saldo em 31/12/2014 | 269.977.227 | 48.675.631 | 318.652.858 | 318.652.858 |

Políticas Contábeis e Notas Explicativas

As Demonstrações Financeiras em 31/12/2014

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do CRM/RJ; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucro; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e) Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira - e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. **2.3. Estoques.** São apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). **2.4. Investimentos.** Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. **2.5. Imobilizado.** São mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa - imóveis e equipamentos de maior valia - estão registrados ao valor recuperável destes ativos. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.** São obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais - unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores contidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Provisões.** São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita - e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment.** Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido

7. Imobilizado

| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | Em Reais | |
|---------------|-------------|-----------------------|----------------------------|----------|--|
| | | | | 20 | |

Sobra dinheiro no fim do mês só para 15%

Três em cada dez consumidores fecharam março no vermelho

Pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) mostra que, em março, três em cada dez consumidores afirmaram que fecharam o mês “no vermelho”, sem condições de pagar todas as contas. Conforme o levantamento, que analisou a propensão ao consumo em 12 capitais do país, apenas 15% dos entrevistados tiveram sobra de dinheiro no mês passado.

Conforme o levantamento, 46% dos entrevistados disseram ter fechado o mês de março no “zero a zero”, ou seja, sem falta, mas também sem sobra de dinheiro. Dos 15% que encerraram o terceiro mês de 2017 “no azul”, 12% afirmaram ter a intenção de poupar a sobra e 4% pretendem

gastar o dinheiro extra.

Segundo o Indicador de Uso de Crédito e de Propensão ao Consumo, 63% dos consumidores ouvidos disseram que têm planos de cortar os gastos este mês. A intenção de redução do gastos afeta compras no supermercado, água, luz, telefone, transporte, roupas e lazer.

Dos consumidores que pretendem cortar gastos em abril, 23% deram como justificativa a tentativa de fazer economias, 18% apontaram a alta dos preços e 14% porque tiveram redução da renda ou dos ganhos. De acordo com o levantamento do SPC Brasil e da CDL, 28% afirmaram que pretendem manter o nível de gastos em abril, enquanto 7% dos entrevistados manifestaram a intenção de aumentar as despesas.

A pesquisa ouviu 800 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos e de todas as classes sociais nas capitais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Brasília, Goiânia, Manaus e Belém. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais.

Setor têxtil espera crescimento

Embora o ano de 2016 tenha representado estagnação para vários setores da economia, a indústria têxtil nacional demonstrou sinais de que resiste à crise. Segundo levantamento da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), o faturamento da cadeia têxtil e de confecção no ano passado foi de US\$ 39,3 bilhões, dos quais US\$ 2,38 bilhões representam exportações de produtos – sem contar a fibra de algodão. A produção média de confecção foi de 6,7 bilhões de peças (vestuário+meias e acessórios+cama, mesa e banho), em 2016, superior ao ano anterior.

Índices como esse fomentam o investimento das 32 mil empresas formais do setor em melho-

rias dos processos de automação. É por isso que representantes da Abit, do Sebrae, do Senai/Francisco Matarazzo e da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil estudam formas de reduzir perdas, além de investir em melhoria de processos de produção e logísticos. Essa foi uma das pautas do encontro entre essas entidades na sede da GS1 Brasil no fim do mês passado.

Segundo Claudilena Murro, executiva responsável pelo setor têxtil e de confecções da Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil, “o trabalho conjunto em favor da indústria têxtil fortalece a competitividade e incentiva a inovação, o crescimento sustentável e o aprimoramento dos processos de produtividade”.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

| Balancço Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1) | | |
|---|-------------|-------------|
| | 2016 | 2015 |
| Ativo Circulante | 461.673.393 | 374.789.918 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4) | 399.943.330 | 330.422.234 |
| Caixa e bancos | 2.017.759 | 2.308.499 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 397.925.572 | 328.113.735 |
| Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis | 57.194.471 | 39.924.752 |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | 5.044.284 | 37.768.969 |
| Outras contas e receber (Nota 5) | 1.269.053 | 2.742.040 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.118.866) | (586.257) |
| Estoques | 4.535.592 | 4.442.932 |
| Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6) | 4.535.592 | 4.442.932 |
| Ativo Não Circulante | 30.054.360 | 30.366.215 |
| Realizável a Longo Prazo | 470.963 | 26.871 |
| Contingências judiciais | 470.963 | 26.871 |
| Imobilizado (Nota 7) | 28.743.572 | 29.336.343 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 18.028.796 | 17.369.563 |
| Equipamentos de informática | 3.012.184 | 2.867.436 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.393.697 | 2.805.269 |
| Veículos | 273.249 | 273.249 |
| Móveis e Utensílios | 1.328.054 | 1.089.000 |
| Imobilizações em andamento | 741.684 | 64.098 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 11.173.901 | 10.916.166 |
| Outras imobilizações | 150.235 | 157.613 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (9.358.228) | (6.206.051) |
| Intangíveis | 839.825 | 1.003.001 |
| Direitos de uso de softwares | 2.077.949 | 1.854.540 |
| (-) Amortizações acumuladas | (1.238.124) | (851.449) |
| Total do Ativo | 491.727.753 | 405.156.133 |
| Passivo Circulante | 19.948.810 | 17.863.463 |
| Fornecedores | 8.730.688 | 8.135.254 |
| Obrigações trabalhistas (Nota 8) | 5.838.606 | 5.252.443 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9) | 2.812.453 | 2.589.183 |
| Adiantamentos de clientes | 138.309 | 109.741 |
| Outras contas a pagar | 2.428.754 | 1.776.842 |
| Passivo Não Circulante | 4.742.544 | 4.869.162 |
| Provisão p/ contingências judiciais cíveis e trabalhistas | 4.742.544 | 4.869.162 |
| Patrimônio Líquido | 467.036.399 | 382.423.508 |
| Patrimônio social (Nota 10) | 467.036.399 | 382.423.508 |
| Patrimônio social | 382.779.691 | 315.595.328 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | 84.256.708 | 66.828.180 |
| Total do Passivo | 491.727.753 | 405.156.133 |

Políticas Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2016

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 – NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e) Resolução 1.374/11 – NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade: **2.1. Caixa e equivalentes de caixa.** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. **2.2. Contas a receber de clientes e outros recebíveis.** Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso. **2.3. Estoques.** Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS). **2.4. Investimentos.** Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas. **2.5. Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos. **2.6. Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações.** As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento. **2.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerar uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas. **2.9. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment.** Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda. A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável. **2.10. Ajuste ao valor presente.** As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuadas nas operações, de forma propor-

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | |
|---|---------------|--------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Receita com Prestação de Serviços em Saúde | 229.486.906 | 206.741.149 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | 229.486.906 | 206.741.149 |
| Convênios de saúde privados | 222.703.525 | 198.746.860 |
| Atendimentos a não conveniados | 2.613.654 | 3.118.122 |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | 4.169.727 | 4.876.167 |
| Deduções das Receitas | (37.709.524) | (33.926.018) |
| Glossas de convênios | (4.146.490) | (1.762.318) |
| Repasses | (29.248.170) | (26.757.396) |
| Serviços hospitalares - gratuidades | (4.169.727) | (4.876.167) |
| Descontos e Abatimentos | (145.137) | (530.137) |
| Receita Operacional Líquida | 191.777.382 | 172.815.131 |
| Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos | (51.231.595) | (47.225.540) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11) | (51.231.595) | (47.225.540) |
| Resultado Operacional Bruto | 140.545.787 | 125.589.591 |
| Receitas e Despesas Operacionais | (104.656.616) | (96.915.365) |
| Despesas com pessoal (Nota 12) | (69.582.561) | (64.691.735) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13) | (22.805.923) | (20.511.873) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | (6.326.693) | (8.080.047) |
| Depreciações e amortizações | (3.657.009) | (3.060.293) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (3.125.618) | (1.886.514) |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 14) | 841.188 | 1.315.097 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício Antes das Despesas e Receitas Financeiras | 35.889.171 | 28.674.226 |
| Despesas e Receitas Financeiras | 48.367.537 | 38.153.954 |
| Despesas Financeiras | (78.804) | (88.457) |
| Receitas Financeiras | 48.446.341 | 38.242.411 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício Antes das Participações | 84.256.708 | 66.828.180 |
| Benefício Tributário Auferido | 34.376.522 | 27.882.035 |
| Isenções e Imunidades (Nota 15) | (34.376.522) | (27.882.035) |
| COFINS | (5.753.241) | (5.184.454) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | (7.583.104) | (6.014.536) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (21.040.177) | (16.683.045) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 84.256.708 | 66.828.180 |

nal até a data do encerramento do exercício. Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste. **2.11. Receitas, Custos e Despesas.** As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos. **3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados.** Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldos de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a. Risco de crédito:** representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos. **b. Risco de liquidez:** representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas. **c. Risco operacional:** representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

| 2016 - Em Reais (1) | | | | |
|---|-------------------|-----------------------|----------------------------|----------------|
| | 2016 | Em Reais (1) | | |
| 4. Caixa e Equivalentes de Caixa | 399.943.330 | | | |
| Caixa e bancos | 2.017.759 | | | |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 397.925.571 | | | |
| 5. Outras Contas a Receber | 303.078 | | | |
| Adiantamentos a funcionários | 194.322 | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | 335.191 | | | |
| Importações em andamento | 436.462 | | | |
| Outros valores a receber | 1.269.053 | | | |
| 6. Estoques | 4.535.591 | | | |
| Medicamentos e materiais hospitalares | 3.215.232 | | | |
| Orteses e próteses | 899.868 | | | |
| Outros estoques | 420.491 | | | |
| | 4.535.591 | | | |
| 7. Imobilizado | 28.743.572 | | | |
| | 2016 Em Reais (1) | | | |
| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | Valor Residual |
| Máquinas, Aparelhos e Equipamentos | 18.028.795 | (5.746.887) | 10% a 20% | 12.281.908 |
| Equipamentos de informática | 3.012.184 | (1.650.516) | 10% a 20% | 1.361.668 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.393.697 | (449.618) | 10% a 20% | 2.944.080 |
| Veículos | 273.249 | (223.153) | 20% | 50.096 |
| Móveis e Utensílios | 1.328.054 | (319.466) | 10% a 20% | 1.008.588 |
| Imobilizações em andamento | 741.684 | - | 0% | 741.684 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 11.173.901 | (914.762) | 4% a 10% | 10.259.139 |
| Outras imobilizações | 150.235 | (53.826) | 10% a 20% | 96.410 |
| TOTAL | 38.101.800 | (9.358.228) | | 28.743.572 |
| 8. Obrigações trabalhistas | 5.838.606 | | | |
| Salários a Pagar | 9.426 | | | |
| Férias a pagar | 5.829.180 | | | |
| 9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas | 2.812.453 | | | |
| Impostos a recolher/outros taxas | 708.332 | | | |
| Contribuições e encargos sociais e previdenciários | 2.104.121 | | | |
| | 2.104.121 | | | |
| 10. Patrimônio Social. É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados. | | | | |
| 11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais | | | | |

Ovos de Páscoa ficam até 45% mais baratos no e-commerce

Levantamento realizado pelo Cuponomia, portal que reúne ofertas e cupons de descontos dos principais players do comércio eletrônico do país, aponta que os consumidores podem economizar até 45% na compra de Ovos de Páscoa, nas lojas virtuais. A procura pelo produto na internet teve aumento de 30%, se comparado ao mesmo período de 2016.

Além do volume de buscas, o site comparou o preço de 40 Ovos de Páscoa das marcas Lacta, Nestlé, Ferrero, Perugini, D'ellice, Garoto e Qualitá, vendidos no comércio eletrônico das lojas Walmart, Pão de Açúcar, Extra, Submarino e Americanas.com.

O Ovo de Páscoa Diamante Negro 215g, da Lacta, vendido por R\$ 36,99 nas lojas Americanas, pode ser encontrado por R\$ 19,99, no comércio eletrônico da loja online da rede. Já o ovo Sonho de Valsa, 330g, da Lacta, à venda no hipermercado Extra por R\$ 44,90, pode ser adquirido pelo consumidor por R\$31,99 através do site Extra Delivery. No site do Pão de Açúcar, o Ovo de Páscoa Kinder Maxi Surpresa 150g pode ser encontrado até 38%

mais barato em comparação com as lojas físicas. O Ferrero Rocher Gran Chocolate 365g, um dos mais caros da loja, sai com 7% de desconto no Pão de Açúcar delivery.

Entre as marcas de Ovos de Páscoa analisados, 70% dos produtos foram encontrados com menor valor na loja virtual. No entanto, a dica para o consumidor que pretende economizar nesta Páscoa é pesquisar preços e comparar-se com o valor do frete a compra pelo comércio eletrônico realmente será melhor opção.

“Em tempos de economia em crise, presentes e produtos sazonais, como os ovos de Páscoa, perdem relevância e afastam os consumidores das compras. Mesmo assim, o setor de chocolates encontra alternativas para conquistar novos e velhos compradores, como é o caso dos ovos caseiros, que têm custo menor e cujas vendas, em valor e volume, cresceram em 2016. Por sua vez, os ovos industrializados, que se mantêm como o produto mais procurado na Páscoa, encontram respiro com as linhas de miniovos e com outras opções menores da guloseima”. É o que aponta um estudo da Kantar Worldpanel.

| Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1) | | |
|--|--------------|-------------|
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| 1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 73.071.922 | 69.942.624 |
| Resultado líquido ajustado | 88.881.561 | 66.533.339 |
| Resultado do exercício | 84.256.708 | 66.828.180 |
| Ajustes | | |
| Depreciações e amortizações | 3.657.009 | 3.060.293 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | 532.609 | (631.682) |
| Baixas de bens do imobilizado | 205.670 | (217.366) |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | (126.618) | 461.444 |
| Transferências para o patrimônio social | 356.183 | (3.057.530) |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | (17.894.988) | 1.650.702 |
| Clientes e outros recebíveis | (17.802.328) | 1.695.120 |
| Estoques | (92.660) | (44.418) |
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 2.085.349 | 1.758.583 |
| Fornecedores | 225.939 | (121.447) |
| Obrigações trabalhistas | 777.439 | 482.541 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 31.997 | 562.220 |
| Prestadores de serviços | 369.495 | 1.320 |
| Outras contas a pagar | 680.479 | 833.949 |
| 2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | (3.550.826) | (7.093.382) |
| Aquisições do imobilizado | (2.883.235) | (6.635.767) |
| Aquisições de intangíveis | (223.499) | (434.512) |
| Outros valores a receber | (444.092) | (23.103) |
| 3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos | - | - |
| 4. Variação das Disponibilidades no Período | 69.521.096 | 62.849.242 |
| 5. Resumo | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 330.422.234 | 267.572.992 |
| Variação das disponibilidades no período | 69.521.096 | 62.849.242 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 399.943.330 | 330.422.234 |

| Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro (Em Reais 1) | | |
|---|--------------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Valor Adicionado a Distribuir | 192.618.569 | 174.130.228 |
| Receitas | 229.486.906 | 206.741.149 |
| Prestação de serviços hospitalares | 841.188 | 1.315.097 |
| Outras Receitas Operacionais | (37.709.525) | (33.926.018) |
| e abatimentos | (25.931.540) | (22.398.387) |
| Insuamos Adquiridos de Terceiros | (22.805.923) | (20.5 |

Cai grau de endividamento e aumenta capacidade de poupar do consumidor

Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor identificou queda de 7p.p. (pontos percentuais) no grau de endividamento em relação ao mesmo período de 2017. Realizada entre os dias 30 de janeiro e 28 de fevereiro, com mais de 800 pessoas, em todo o Brasil, a pesquisa eletrônica constatou que em média 13% dos consumidores consideram-se muito endividados. No ano passado, este percentual foi de 20%. Já 26% afirmaram estar mais ou menos endividados. 42% um pouco endividados e 19% alegaram não ter dívidas. Um aumento de 8p.p. em relação a 2017. A imagem a seguir contém os detalhes.

Sobre a percepção do poder de compra, houve um aumento do percentual dos consumidores que têm comprado mais. Em 2017,

11% tinham esta percepção, e agora são 19%. Por outro lado, caiu de 65% para 49% os que afirmam estar comprando menos em 2018, na comparação com o ano passado.

Para os que estão conseguindo manter o poder de compra, de um modo geral, prevalece a busca por qualidade ao realizarem a compra dos diversos itens da casa, em detrimento da promoção ou da marca.

A Boa Vista também identificou a capacidade de poupar dos brasileiros. Passou de 23% para 33% aqueles que afirmaram estar conseguindo poupar nos últimos seis anos. Já sete em cada 10 informaram que não têm conseguido economizar. Por sua vez, a poupança (60%) é o investimento mais usado, seguida de previdência privada (13%) e fundos, ações, CDB e outras modalidades (31%).

A pesquisa também inves-

tigou a suficiência da renda familiar no pagamento dos gastos fixos da casa (como conta de água, luz, telefone, TV paga, conta do celular), no fim do mês. A dificuldade em pagar estes gastos atinge cerca de 50% dos consumidores.

Ainda segundo o estudo, 62% dos entrevistados se consideram um consumidor "equilibrado". Aquele que compra o necessário, mas que, às vezes, excede os gastos. 27% definiram-se "conservadores", que compram o mínimo possível e somente quando precisam, e 11% "consumistas", que compram além do necessário.

A Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre o Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor utilizou a metodologia quantitativa e foi realizada por meio de consulta eletrônica de 30 de janeiro a 28 de fevereiro.

Ceagesp tem alta de 0,21% em março

O Índice de Preços da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) encerrou o mês de março com alta de 0,21% em relação ao mês anterior. O índice é usado como sinalizador de preços de alimentos frescos no mercado. Segundo a Ceagesp, apesar da média de chuvas ter sido semelhante à média histórica para o período, a concentração de precipitação para o final do mês prejudicou as culturas de verduras, porém, sem reflexos nos preços em março.

Os setores de legumes e verduras registraram baixa nos preços, compensando, parcialmente, as fortes altas ocorridas do início do ano. Em janeiro, o setor de frutas registrou alta de 0,74%. As principais altas foram nos preços do mamão havaí (89,9%), do caju (34%), do mamão formosa (33,3%), da melancia (20,4%) e da laranja pera (18%).

As principais quedas ocorreram com o kiwi estrangeiro (-29%), com a pera estrangeira d'Anjou (-23,5%), com a maçã nacional fuji (-14,4%) e com a jaca (-13%).

O setor de legumes registrou recuo de 3,99%. As principais baixas ocorreram com os pimentões amarelo (-28,3%), e vermelho (-22,8%), com o chuchu (-27,3%), com o cará (-18,8%) e com o inhame (-16%). As principais altas ocorreram com a cenoura (10,4%), com a vagem macarrão curta (7,8%), com o pepino comum (5,3%) e com o jiló (5,1%).

O setor de verduras apresentou baixa de 5,53%. As principais reduções ocorreram com a alface-americana (-22,3%), com a catalonha (-17,9%), com o almeirão pão de açúcar (-17,5%), com a cenoura com folhas (-15,8%), com a alface lisa (-15,3%) e com as alfaves hidropônicas lisa e mimosa (-14,7%). As principais altas foram do brócolis-ninja (12,3%), da couve-flor (9,4%) e da salsa (6,5%).

O setor de diversos apresentou alta de 0,79%. As principais altas ficaram por conta do alho estrangeiro chinês (15,2%), dos ovos brancos (11,1%), dos ovos vermelhos (10%) e do alho nacional (9,7%). As baixas ocorreram com a batata beneficiada lisa

(-8,3%) e com o amendoim com casca (-2,7%).

O setor de pescados teve alta de 4,7%. As principais altas foram da sardinha fresca (69,2%), do namorado (14,4%), da pescada tortinha (13,9%), do robalo (12,6%) e da corvina (12,3%). As principais baixas ocorreram com a tainha (-6,4%) e com o camarão ferro (-4,3%).

De acordo com dados da Ceagesp, o volume comercializado no entreposto de São Paulo totalizou no trimestre 824.418 toneladas ante 835.166 negociadas no mesmo período de 2017. Decréscimo de 1,29%, influenciado principalmente pelo setor de legumes que apresentou diminuição no volume de 4,27% em relação ao mesmo período do ano passado.

O volume comercializado em março deste ano, da ordem de 291.366 toneladas, registrou uma leve retração de 0,25%, em comparação a março de 2017, quando atingiu 292.087 toneladas. O Índice Ceagesp fechou o mês de março com alta de 0,21%, contida pela redução dos preços nos setores de legumes e verduras.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

| Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1) | | Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1) | | |
|---|--------------|---|-------------|---|-------------|------------|
| | 2017 | 2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Ativo Circulante | 576.585.867 | 461.673.393 | 281.591.153 | 229.486.906 | 100.458.935 | 73.071.922 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4) | 497.133.786 | 399.943.330 | | | 120.390.183 | 88.881.561 |
| Caixa e bancos | 1.849.775 | 2.017.759 | | | | |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 495.284.011 | 397.925.572 | | | | |
| Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis | 73.115.864 | 57.194.471 | | | 3.858.247 | 3.657.009 |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | 74.698.802 | 57.044.284 | | | | |
| Outras contas a receber (Nota 5) | 2.141.407 | 1.269.053 | | | | |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (3.724.346) | (1.118.866) | | | | |
| Estoques | 6.336.218 | 4.535.592 | | | 2.605.480 | 532.609 |
| Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6) | 6.336.218 | 4.535.592 | | | 116.162 | 205.670 |
| Ativo não Circulante | 29.348.429 | 30.054.360 | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 217.849 | 470.963 | | | | |
| Contingências judiciais | 217.849 | 470.963 | | | | |
| Imobilizado (Nota 7) | 28.534.542 | 28.743.572 | | | | |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 18.759.115 | 18.028.796 | | | | |
| Equipamentos de informática | 3.271.965 | 3.012.184 | | | | |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.337.436 | 3.393.697 | | | | |
| Veículos | 273.249 | 273.249 | | | | |
| Móveis e Utensílios | 1.342.883 | 1.328.054 | | | | |
| Imobilizações em andamento | 553.339 | 741.684 | | | | |
| Beneficiários em imóveis de terceiros | 13.585.755 | 11.173.901 | | | | |
| Outras imobilizações | 150.235 | 150.235 | | | | |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (12.739.435) | (9.358.228) | | | | |
| Intangíveis | 596.039 | 839.825 | | | | |
| Direitos de uso de softwares | 2.252.285 | 2.077.949 | | | | |
| (-) Amortizações acumuladas | (1.656.246) | (1.238.124) | | | | |
| Total do Ativo | 605.934.297 | 491.727.753 | | | | |
| Passivo Circulante | 20.345.059 | 19.948.810 | | | | |
| Fornecedores | 9.984.906 | 8.730.688 | | | | |
| Obrigações trabalhistas (Nota 8) | 5.668.447 | 5.838.606 | | | | |
| Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9) | 2.876.440 | 2.812.453 | | | | |
| Adiantamentos de clientes | 207.648 | 138.309 | | | | |
| Outras contas a pagar | 1.607.619 | 2.428.754 | | | | |
| Passivo não Circulante | 8.131.871 | 4.742.544 | | | | |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | 8.131.871 | 4.742.544 | | | | |
| Patrimônio Líquido | 577.457.367 | 467.036.399 | | | | |
| Patrimônio social (Nota 10) | 577.457.367 | 467.036.399 | | | | |
| Patrimônio social | 467.118.325 | 382.779.691 | | | | |
| Superávit / (Déficit) do exercício | 110.339.042 | 84.256.708 | | | | |
| Total do Passivo | 605.934.297 | 491.727.753 | | | | |

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1) | | |
|---|---------------|---|--|--------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receita com Prestação de Serviços em Saúde | 281.591.153 | 229.486.906 | 1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 100.458.935 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | 281.591.153 | 229.486.906 | Resultado líquido ajustado | 120.390.183 |
| Convênios de saúde privados | 273.766.424 | 222.703.526 | Resultado do exercício | 110.339.042 |
| Atendimentos a não conveniados | 3.158.306 | 2.613.654 | Ajustes | |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | 4.666.423 | 4.169.727 | Depreciações e amortizações | 3.858.247 |
| Deduções das Receitas | (41.311.894) | (37.709.524) | Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | 2.605.480 |
| Glosas de convênios | (2.470.079) | (4.146.490) | Baixas de bens do imobilizado | 116.162 |
| Repasses | (34.047.140) | (29.248.170) | Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | 3.389.327 |
| Serviços hospitalares - gratuidades | (4.666.423) | (4.169.727) | Transferências para o patrimônio social | (126.618) |
| Descontos e Abatimentos | (128.252) | (145.137) | Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | (20.327.498) |
| Receita Operacional Líquida | 240.279.259 | 191.777.382 | Clientes e outros recebíveis | (18.526.872) |
| Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos | (57.880.788) | (51.231.595) | Estoques | (1.800.626) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11) | (57.880.788) | (51.231.595) | Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 396.249 |
| Resultado Operacional Bruto | 182.398.471 | 140.545.787 | Fornecedores | 1.290.400 |
| Receitas E Despesas Operacionais | (115.096.515) | (104.656.616) | Obrigações trabalhistas | (170.159) |
| Despesas com pessoal (Nota 12) | (72.545.262) | (69.582.561) | Impostos, taxas e contribuições diversas | 63.987 |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13) | (23.627.391) | (22.805.923) | Prestadores de serviços | (36.182) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | (8.144.844) | (6.326.693) | Outras contas a pagar | (751.797) |
| Depreciações e amortizações | (3.858.247) | (3.657.009) | 2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | (3.268.479) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (8.082.805) | (3.125.018) | Aquisição de investimentos | - |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 14) | 1.162.033 | 841.188 | Aquisições do imobilizado | (3.347.257) |
| Superávit (Déficit) do Exercício antes das Despesas E Receitas Financeiras | 67.301.956 | 35.889.171 | Aquisições de intangíveis | (174.336) |
| Despesas e Receitas Financeiras | (43.037.086) | (48.367.537) | Outros valores a receber | 253.114 |
| Despesas Financeiras | (98.185) | (78.804) | 3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos | - |
| Receitas Financeiras | 43.135.271 | 48.446.341 | 4. Variação das Disponibilidades no Período | 97.190.456 |
| Participações | 110.339.042 | 84.256.708 | 5. Resumo | |
| Benefício Tributário Auferido | 44.699.669 | 34.376.522 | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 399.943.330 |
| Isenções e Imunidades (Nota 15) | (44.699.669) | (34.376.522) | Variação das disponibilidades no período | 97.190.456 |
| COFINS | (7.208.378) | (5.753.241) | Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 497.133.786 |
| Contribuição Social sobre o Lucro | (9.930.531) | (7.583.104) | | |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (27.560.761) | (21.040.177) | | |
| Superávit (Déficit) do Exercício | 110.339.042 | 84.256.708 | | |

| Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1) | | |
|--|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 |
| Valor Adicionado a Distribuir | 241.441.291 | 192.618.569 |
| Receitas | 281.591.153 | 229.486.906 |
| Prestação de serviços hospitalares | 1.162.033 | 841.188 |
| Outras Receitas Operacionais | (41.311.895) | (37.709.525) |
| (-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos | (31.710.194) | (25.931.540) |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | |
| Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo | (23.627.391) | (22.805.923) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (8.082.804) | (3.125.017) |
| Valor Adicionado Bruto | 209.731.097 | 166.687.629 |
| Retenções | (3.858.247) | (3.657.009) |
| Depreciações, Amortizações e Exaustões | (3.858.247) | (3.657.009) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade | 205.872.850 | 163.030.620 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 43.135.271 | 48.446.341 |
| Receitas Financeiras | 43.135.271 | 48.446.341 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 249.008.121 | 211.476.961 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | |
| Custos com Material de Uso e Consumo com Atividade de Saúde | 57.880.788 | 51.231.595 |
| Custos com Pessoal e Encargos com Atividade de Saúde | 72.545.262 | 69.582.561 |
| Serviços técnicos e especializados de terceiros com Atividade de Saúde | 8.144.844 | 6.326.693 |
| Despesas Financeiras | 98.185 | 78.804 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 110.339.042 | 84.256.708 |
| Valor Adicionado Distribuído | 249.008.121 | 211.476.961 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Período de 1/1/2016 a 31/12/2017 (Em Reais 1) | | | | |
|---|---------------------|---------------------|-------------|-------|
| | Patrimônio Social | Superávit e Déficit | Superávit | Total |
| CONTA | | | | |
| Descrição | Superávit e Déficit | Superávit | | |
| Saldos em 01/01/2016 | 315.595.328 | 66.828.180 | 382.423.508 | |
| Transferência para Patrimônio Social | 66.828.180 | (66.828.180) | - | |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 356.183 | - | 356.183 | |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | - | 84.256.708 | 84.256.708 | |
| Saldos em 31/12/2016 | 382.779.691 | 84.256.708 | 467.036.399 | |
| Transferência para Patrimônio Social | 84.256.708 | (84.256.708) | - | |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 81.926 | - | 81.926 | |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | - | 110.339.042 | 110.339.042 | |
| Saldos em 31/12/2017 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 | |
| 12. Despesas com Pessoal | | | | |
| Salários e ordenados | | | 27.101.479 | |
| Encargos sociais e previdenciários | | | 35.134.839 | |
| Benefícios | | | 10.308.944 | |
| | | | 72.545.262 | |
| 13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais | | | | |
| Utilidades e serviços | | | 2.462.197 | |
| Material de consumo | | | 3.295.321 | |
| Manutenção e locação | | | 11.766.557 | |
| Gêneros alimentícios | | | 2.896.716 | |
| Outros gastos | | | 3.206.600 | |
| | | | 23.627.391 | |
| 14. Outras Receitas Operacionais | | | | |
| Alugueis | | | 148.616 | |
| Recuperação de despesas | | | 386.110 | |
| Donativos | | | 308.969 | |
| Outras receitas | | | 318.338 | |
| | | | 1.162.033 | |
| 15. Isenções e Imunidades. 15.1 Imunidade. O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988. Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir. | | | | |
| TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | | | | |
| - COFINS | | | 7.208.378 | |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | | | 9.930.531 | |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | | 27.560.761 | |
| 16. Seguros. A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos. 17. Aprovação das Demonstrações Financeiras. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30/01/2018. | | | | |
| Marinete Tibério | | | | |
| Presidente - CPF 574.305.197-68 | | | | |
| Roberto da Silva Jorge | | | | |
| Contador - CRC/RJ 059353/0-1 | | | | |

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade; b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

→☆ continuação

XP CONTROLE 4 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 25.176.854/0001-54

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais)

o montante de R\$ 10.680.000, deliberados conforme segue; AGE de 25 de março de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 180.000, AGE de 24 de julho de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.000.000, e AGE de 30 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital de R\$ 5.500.000. **6. GERENCIAMENTO DE RISCOS: Gestão de riscos** - A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado. O gerenciamento de riscos é

exercido de modo integrado e independente, onde são formalizadas as políticas, procedimentos e metodologia consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição. Tais processos de gerenciamento de riscos estão ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios. **7. EVENTOS SUBSEQUENTES: Impactos COVID-19** - Em janeiro de 2020 a China relatou ao mundo que estava enfrentando um surto de doença na saúde pública relacionada a um novo tipo de vírus da "família"

SARS (*Severe Acute Respiratory Syndrome*), denominado de COVID-19, o que mais tarde veio a se tornar uma pandemia global declarada pela OMS em 11 de março de 2020. A XP Controle 4 está em processo de avaliação dos impactos de como a pandemia poderia afetar os resultados comerciais e financeiros da empresa investida (XP Vida e Previdência S.A.). Essa avaliação ainda dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do COVID-19 e as ações para conter ou tratar os impactos, entre outros.

DIRETORIA

Guilherme Dias Fernandes Benchimol
Diretor

Fabrizio Cunha de Almeida
Diretor

Jairo Luiz de Araújo Brito
Contador - CRC: RJ-110743/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **XP Controle 4 Participações S.A.** - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XP Controle 4 Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2019 sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Guerguiev
Contador - CRC 1SP245281/O-6

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

| Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1) | | |
|---|--------------------|--------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Ativo Circulante | 740.715.776 | 676.728.087 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4) | 657.963.750 | 576.730.902 |
| Caixa e bancos | 994.101 | 2.602.528 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 656.969.648 | 574.128.374 |
| Contas a Receber de Clientes e outros Recebíveis | 72.917.485 | 92.710.367 |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | 69.034.910 | 89.125.432 |
| Outras contas a receber (Nota 5) | 7.325.149 | 8.033.225 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (3.442.574) | (4.448.290) |
| Estoques | 9.834.541 | 7.286.818 |
| Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6) | 9.834.541 | - |
| Ativo Não Circulante | 50.648.494 | 35.057.964 |
| Realizável a Longo Prazo | 140.127 | 323.811 |
| Contingências judiciais | 140.127 | 323.811 |
| Imobilizado (Nota 7) | 48.966.814 | 34.243.005 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 30.109.438 | 21.392.150 |
| Equipamentos de informática | 4.862.515 | 4.056.960 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.707.814 | 3.448.704 |
| Veículos | 496.340 | 123.921 |
| Móveis e Utensílios | 2.815.298 | 1.456.168 |
| Imobilizações em andamento | 2.950.243 | 5.508.259 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 24.046.204 | 14.070.526 |
| Outras imobilizações | 161.361 | 161.362 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (20.182.400) | (15.975.045) |
| Intangíveis | 1.541.553 | 491.148 |
| Direitos de uso de softwares | 3.805.847 | 2.385.335 |
| (-) Amortizações acumuladas | (2.264.294) | (1.894.187) |
| Total do Ativo | 791.364.270 | 711.786.051 |
| Passivo Circulante | 21.962.563 | 19.792.478 |
| Fornecedores | 11.492.670 | 10.020.564 |
| Obrigações trabalhistas (Nota 8) | 6.845.763 | 5.890.684 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9) | 2.765.243 | 2.499.150 |
| Adiantamentos de clientes | 36.516 | 226.399 |
| Outras contas a pagar | 822.372 | 1.155.681 |
| Passivo Não Circulante | 7.368.089 | 8.061.932 |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | 7.368.089 | 8.061.932 |
| Patrimônio Líquido | 762.033.618 | 683.931.641 |
| Patrimônio social (Nota 10) | 762.033.618 | 683.931.641 |
| Patrimônio social | 658.917.926 | 577.473.602 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |
| Total do Passivo | 791.364.270 | 711.786.051 |

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Receita com Prestação de Serviços em Saúde | 293.335.173 | 284.029.205 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | 293.335.173 | 284.029.205 |
| Convênios de saúde privados | 283.706.121 | 275.694.150 |
| Atendimentos a não convencionados | 4.047.040 | 3.577.497 |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | 5.582.012 | 4.757.558 |
| Deduções das Receitas | (48.607.956) | (45.092.893) |
| Glosas de convênios | (1.922.322) | (1.364.911) |
| Repasses | (41.069.223) | (38.908.610) |
| Serviços hospitalares - gratuidades | (5.582.012) | (4.757.558) |
| Descontos e Abatimentos | (34.399) | (61.814) |
| Receita Operacional Líquida | 244.727.217 | 238.936.312 |
| Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos | (60.647.204) | (61.696.127) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11) | (60.647.204) | (61.696.127) |
| Resultado Operacional Bruto | 184.080.013 | 177.240.185 |
| Receitas e Despesas Operacionais | (116.015.416) | (104.678.577) |
| Despesas com pessoal (Nota 12) | (77.154.153) | (70.204.403) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13) | (26.202.120) | (22.112.197) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | (7.233.146) | (7.191.106) |
| Depreciações e amortizações | (4.713.196) | (3.628.028) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (1.738.388) | (2.523.600) |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 14) | 1.025.586 | 980.757 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício antes das Despesas e Receitas Financeiras | 68.064.598 | 72.561.608 |
| Despesas e Receitas Financeiras | 35.051.094 | 33.896.431 |
| Despesas Financeiras | (102.458) | (102.107) |
| Receitas Financeiras | 35.153.551 | 33.998.538 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício antes das Participações | 103.115.692 | 106.458.039 |
| Benefício Tributário Auferido | - | - |
| Isenções e Imunidades (Nota 15) | (42.365.151) | (43.339.823) |
| COFINS | (7.341.816) | (7.168.089) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | (9.280.412) | (9.581.224) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (25.742.923) | (26.590.510) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |

| Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto (Em Reais 1) | | |
|--|---------------------|---------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| 1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 101.022.890 | 89.658.668 |
| Resultado líquido ajustado | 81.607.647 | 110.757.353 |
| Resultado do exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |
| Ajustes | - | - |
| Depreciações e amortizações | 4.713.196 | 3.628.028 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | (792.699) | 723.945 |
| Baixas de bens do imobilizado | 7.276 | 1.045 |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | (422.103) | (69.939) |
| Transferências para o patrimônio social | (25.013.715) | 16.235 |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | 17.245.159 | (20.545.104) |
| Clientes e outros recebíveis | 19.792.882 | (19.594.503) |
| Estoques | (2.547.723) | (950.600) |
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 2.170.085 | (552.581) |
| Fornecedores | 1.472.106 | 35.658 |
| Obrigações trabalhistas | 955.079 | 222.237 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 266.093 | (377.290) |
| Prestadores de serviços | (189.884) | 18.751 |
| Outras contas a pagar | (333.309) | (451.938) |
| 2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | (19.789.942) | (10.062.552) |
| Aquisição de investimentos | - | - |
| Aquisições do imobilizado | (18.923.321) | (9.823.540) |
| Aquisições de intangíveis | (1.050.405) | (133.050) |
| Outros valores a receber | 183.684 | (105.962) |
| 3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos | - | - |
| 4 - Variação das Disponibilidades no Período | 81.232.948 | 79.597.116 |
| 5 - Resumo | - | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 576.730.902 | 497.133.786 |
| Variação das disponibilidades no período | 81.232.948 | 79.597.116 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 657.963.750 | 576.730.902 |

Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1)

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------------|---------------------|
| Valor Adicionado a Distribuir | 245.752.802 | 239.917.068 |
| Receitas | 293.335.173 | 284.029.205 |
| Prestação de serviços hospitalares | 293.335.173 | 284.029.205 |
| Outras Receitas Operacionais | 1.025.586 | 980.757 |
| (-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos | (48.607.957) | (45.092.894) |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | (27.940.507) | (24.635.796) |
| Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo | (26.202.120) | (22.112.197) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (1.738.387) | (2.523.599) |
| Valor Adicionado Bruto | 217.812.296 | 215.281.272 |
| Retenções | (4.713.196) | (3.628.028) |
| Depreciações, Amortizações e Exaustões | (4.713.196) | (3.628.028) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade | 213.099.100 | 211.653.244 |
| Valor Adicionado Recebido em Transfêrência | 35.153.551 | 33.998.538 |
| Receitas Financeiras | 35.153.551 | 33.998.538 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 248.252.652 | 245.651.782 |

| Distribuição do Valor Adicionado | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------|--|--|----------------------|
| Custos com Material de Uso e Consumo | com Atividades de Saúde | Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde | Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde | Despesas Financeiras |
| 60.647.204 | 61.696.127 | 77.154.153 | 70.204.403 | - |
| - | 7.233.146 | 7.191.106 | 102.458 | 102.107 |
| - | 103.115.692 | 106.458.039 | - | - |
| - | 248.252.652 | 245.651.782 | - | - |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Período de 01/01/2018 a 31/12/2019 (Em Reais 1)

| Descrição | Patrimônio Social | | | Total |
|--------------------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|----------------------|
| | Superávits e Défis | Superávit do Exercício | Reservas | |
| Saldos em 31/12/2018 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 | 1.044.924.734 |
| Transferência para Patrimônio Social | 110.339.042 | (110.339.042) | - | - |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | - | 16.235 | 16.235 | 16.235 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | - | 106.458.039 | 106.458.039 | 106.458.039 |
| Saldos em 31/12/2019 | 577.457.367 | 106.474.274 | 683.931.641 | 1.264.865.282 |
| Transferência para Patrimônio Social | 106.474.274 | (106.474.274) | - | - |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | - | (25.013.715) | (25.013.715) | (25.013.715) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | - | 103.115.692 | 103.115.692 | 103.115.692 |
| Saldos em 31/12/2019 | 683.931.641 | 78.101.977 | 762.033.618 | 1.444.067.236 |

| 12. Despesas com Pessoal | | 2019 Em Reais (1) |
|------------------------------------|--|-------------------|
| Salários e ordenados | | 40.813.696 |
| Encargos sociais e previdenciários | | 23.711.503 |
| Benefícios | | 12.628.953 |
| | | 77.154.153 |

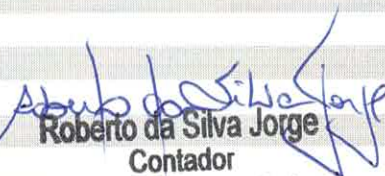
| 13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais (em azul) | | 2019 Em Reais (1) |
|--|--|-------------------|
| Utilidades e serviços | | 3.258.084 |
| Material de consumo | | 4.195.636 |
| Manutenção e locação | | 12.127.758 |
| Gêneros alimentícios | | 2.982.658 |
| Outros gastos | | 3.637.984 |
| | | 26.202.120 |

| 14. Outras Receitas Operacionais | | 2019 Em Reais (1) |
|----------------------------------|--|-------------------|
| Alugueis | | 147.079 |
| Recuperação de despesas | | 238.011 |
| Donativos | | 551.606 |
| Outras receitas | | 88.890 |
| | | 1.025.586 |

| 15. Isenções e Imunidades. 15.1. Imunidade. | | 2019 Em Reais (1) |
|---|--|-------------------|
| Na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo | | |

BALANÇO PATRIMONIAL - HSVP

| | 12/2017 | 12/2016 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| TOTAL ATIVO CIRCULANTE | 576.585.867,42 | 461.673.392,27 |
| ATIVO | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 497.133.786,14 | 399.943.330,36 |
| Caixa e Bancos | 1.849.775,37 | 2.017.758,85 |
| Aplicações Financeiras | 495.284.010,77 | 397.925.571,51 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS | 73.115.863,58 | 57.194.471,13 |
| Convênios Médicos e Atendimentos Particulares | 74.698.802,01 | 57.044.284,13 |
| Outras Contas a Receber | 2.141.407,14 | 1.269.052,96 |
| (-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa | -3.724.345,57 | -1.118.865,96 |
| ESTOQUES | 6.336.217,70 | 4.535.590,78 |
| Medicamentos e Materiais de Consumo | 6.336.217,70 | 4.535.590,78 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 29.348.429,24 | 30.054.360,73 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 217.848,67 | 470.962,75 |
| Contingências Judiciais | 217.848,67 | 470.962,75 |
| IMOBILIZADO | 28.534.541,81 | 28.743.573,15 |
| Maquinas, Aparelhos e Equipamentos | 18.759.114,55 | 18.028.797,03 |
| Equipamentos de Informática | 3.271.964,71 | 3.012.183,51 |
| Instrumentos Cirúrgicos e Hospitalares | 3.337.436,19 | 3.393.697,08 |
| Veiculos | 273.248,56 | 273.248,56 |
| Móveis e Utensílios | 1.342.882,90 | 1.328.053,63 |
| Imobilização em Andamento | 553.339,32 | 741.684,15 |
| Benfeitoria em Imóveis de Terceiros | 13.585.755,04 | 11.173.901,23 |
| Outras Imobilizações | 150.235,46 | 150.235,46 |
| (-) Depreciações e Amortizações Acumuladas | -12.739.434,92 | -9.358.227,50 |
| INTANGÍVEIS | 596.038,76 | 839.824,83 |
| Direitos de Uso de Softwares | 2.252.284,94 | 2.077.948,97 |
| (-) Amortizações Acumuladas | -1.656.246,18 | -1.238.124,14 |
| TOTAL ATIVO | 605.934.296,66 | 491.727.753,00 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 20.345.059,29 | 19.948.810,74 |
| Fornecedores | 9.984.905,98 | 8.730.688,01 |
| Obrigações Trabalhistas | 5.668.447,00 | 5.838.606,23 |
| Impostos, Taxas e Contribuições Diversas | 2.876.440,37 | 2.812.453,84 |
| Adiantamento de Clientes | 207.647,69 | 138.309,05 |
| Outras Contas a Pagar | 1.607.618,25 | 2.428.753,61 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 8.131.870,71 | 4.742.544,33 |
| Provisão para Contingências Judiciais Cíveis e Trabalhistas | 8.131.870,71 | 4.742.544,33 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 577.457.366,66 | 467.036.397,93 |
| Patrimônio Social | 467.118.324,54 | 382.779.690,87 |
| Superávit / Déficit Acumulado | 110.339.042,12 | 84.052.655,26 |
| TOTAL PASSIVO | 605.934.296,66 | 491.727.753,00 |


Roberto da Silva Jorge
Contador
CRC-RJ 059353/0-1

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício - Balanço

| | 12/2017 | 12/2016 |
|---|------------------------|------------------------|
| RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE | 281.591.152,76 | 229.486.905,80 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | 281.591.152,76 | 229.486.905,80 |
| Convênios de saúde privados | 273.766.424,05 | 222.703.524,51 |
| Atendimentos a não conveniados | 3.158.306,16 | 2.613.653,89 |
| Outros serviços hospitalares - Gratuidade | 4.666.422,55 | 4.169.727,40 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS | -41.311.893,53 | -37.709.524,81 |
| Glosas de convênios | -2.470.078,68 | -4.146.490,26 |
| Repasses | -34.047.140,18 | -29.248.170,26 |
| Serviços hospitalares - Gratuidades | -4.666.422,55 | -4.169.727,40 |
| Descontos e Abatimentos | -128.252,12 | -145.136,89 |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 240.279.259,23 | 191.777.380,99 |
| CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS | -57.880.788,10 | -51.231.594,55 |
| Materiais de Uso, Consumo e Expediente e Gastos Gerais | -57.880.788,10 | -51.231.594,55 |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | 182.398.471,13 | 140.545.786,44 |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | -115.096.515,29 | -104.656.616,11 |
| Despesas com Pessoal | -72.545.262,00 | -69.582.560,76 |
| Materiais de Uso, Consumo e Expediente e Gastos Gerais | -23.627.390,59 | -22.805.922,60 |
| Serviços Téc. Especializados de Pessoas Físicas e | -8.144.843,63 | -6.326.693,49 |
| Depreciações e Amortizações | -3.858.247,02 | -3.657.009,15 |
| Outras Despesas Gerais e Administrativas | -8.082.804,65 | -3.125.617,63 |
| Outras Receitas Operacionais | 1.162.032,60 | 841.187,52 |
| SUPERÁVIT/(DÉFICIT) ANTES DESPESAS/RECEITAS | 67.301.955,84 | 35.889.170,33 |
| Despesas e Receitas Financeiras | 43.037.086,28 | 48.367.536,73 |
| Despesas Financeiras | -98.184,75 | -78.804,24 |
| Receitas Financeiras | 43.135.271,03 | 48.446.340,97 |
| SUPERÁVIT/(DEFICIT) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES | 110.339.042,12 | 84.256.707,06 |


Roberto da Silva Jorge
Contador
CRC-RJ 059353/0-1



**HOSPITAL
SÃO VICENTE DE PAULO**

DECLARAÇÃO

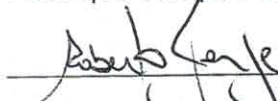
A Imunidade tributária do Hospital São Vicente de Paulo e da Associação São Vicente de Paulo (antiga mantenedora) é prevista em dispositivo constitucional. Conforme o prevê o Art. 150, Inciso VI, Item " c ", da Constituição Federal de 1988, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

O Art. 12 da Lei 9.532/97 determina que para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Na assistência social o que se busca é auxiliar na garantia de direitos básicos de todo ser humano, protegendo a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice e os portadores de deficiência física. São finalidades básicas que devem ser cumpridas pelas instituições, dentre elas a educação, a saúde (asilos, saúde mental, hospitais e reabilitação), trabalho, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, combate a doenças, serviços sociais (Art 203 da CF/1988).

Assim, pode-se dizer que para a entidade ser imune, não importa a sua forma de constituição, se associativa ou fundacional, basta que tenham como objeto assistir às áreas sociais, a exemplo da educação e da saúde, em colaboração com o Estado (que deveriam em tese exercer todas essas atividades garantidas pela CF), além de preencher os requisitos dispostos na lei, em especial o da não lucratividade, que não se confunde com a gratuidade dos serviços prestados.

Para que cumpra os efeitos legais, datamos e assinamos abaixo:



Contador do HSVP

Roberto da Silva Jorge
Contador
CRC-RJ 059353/0-1



Setor Fiscal do HSVP

RJ, 13 de Setembro de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Ilmos. Srs.
Diretores e Associados do
HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa correspondentes ao período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar sua opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e as razões das estimativas contábeis feitas pela administração da empresa, bem como a avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência obtida pela auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

O Hospital São Vicente de Paulo foi constituído a partir da cisão parcial da Associação São Vicente de Paulo, com fundamentação na Lei nº 10.406/2002 e Lei nº 6.404/76 com suas alterações. Em função dos trâmites burocráticos nos órgãos públicos estaduais e municipais, se encontra pendente de liberação o alvará de funcionamento na Prefeitura do Município do Rio de Janeiro/RJ. A entidade ainda está emitindo seu faturamento de serviços com documentos fiscais de titularidade da entidade cindida, em desacordo o princípio contábil da entidade. Os efeitos deste procedimento no resultado do exercício não foi possível determinar.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

Outros Assuntos

Elaboração das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa " 2 ", As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Foi apresentada no conjunto das demonstrações contábeis do exercício a Demonstração do Valor Adicionado. De acordo com as normas contábeis e legislação vigente, a Entidade esta desobrigada de apresentar a referida demonstração, porém a administração da Entidade decidiu por apresentar esta demonstração título de informações complementares. Sobre a referida demonstração foram aplicados os procedimentos de auditoria externa.

Auditoria relativa ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2015, foram por nós auditadas, com parecer datado de 31 de março de 2015 com ressalvas em relação ao princípio contábil da entidade em função da utilização de documentos fiscais e outros documentos de titularidade da entidade cindida, e parágrafos de ênfase quando a elaboração das demonstrações contábeis e apresentação da demonstração do valor adicionado.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2016.

MEGA AUDITORES ASSOCIADOS EIRELI SIMPLES EPP
CRC-PR/005722/O-1 S RJ



JACOB JOSE MASCHIO JUNIOR
CONTADOR CRC-PR 033208/O-0 S RJ
CNAI CFC 652

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
 CNPJ 18.010.750/0001-00
 Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.015 | 2.014 |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 374.789.918 | 312.959.696 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4. | 330.422.234 | 267.572.992 |
| Caixa e bancos | | 2.308.499 | 2.740.651 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | | 328.113.735 | 264.832.341 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS | | 39.924.752 | 40.988.190 |
| Sistema Único de Saúde | | 0 | 0 |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | | 37.768.969 | 41.239.971 |
| Outras contas e receber | 5. | 2.742.040 | 966.158 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (586.257) | (1.217.939) |
| ESTOQUES | | 4.442.932 | 4.398.514 |
| Medicamentos e materiais de consumo | 6. | 4.442.932 | 4.398.514 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 30.366.215 | 26.205.760 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 26.871 | 3.768 |
| Contingências judiciais | | 26.871 | 3.768 |
| IMOBILIZADO | 7. | 29.336.343 | 25.282.526 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | | 17.369.563 | 16.576.561 |
| Equipamentos de informática | | 2.867.436 | 1.599.723 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | | 2.805.269 | 734.466 |
| Veículos | | 273.249 | 273.249 |
| Móveis e Utensílios | | 1.089.000 | 796.376 |
| Imobilizações em andamento | | 64.098 | 81.507 |

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
ATIVO
(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.015 | 2.014 |
|--|---------------------|--------------------|--------------------|
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | | 10.916.166 | 8.687.111 |
| Outras imobilizações | | 157.613 | 157.614 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | | (6.206.051) | (3.624.081) |
| INTANGÍVEIS | | <u>1.003.001</u> | <u>919.466</u> |
| Direitos de uso de softwares | | 1.854.450 | 1.419.938 |
| (-) Amortizações acumuladas | | (851.449) | (500.472) |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>405.156.133</u> | <u>339.165.456</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.015 | 2.014 |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 17.863.463 | 16.104.880 |
| Fornecedores | | 8.135.254 | 8.256.701 |
| Obrigações trabalhistas | 8. | 5.252.443 | 4.769.902 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 9. | 2.589.183 | 2.026.963 |
| Adiantamentos de clientes | | 109.741 | 108.421 |
| Outras contas a pagar | | 1.776.842 | 942.893 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 4.869.162 | 4.407.718 |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | | 4.869.162 | 4.407.718 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 382.423.508 | 318.652.858 |
| Patrimônio social | 10. | 382.423.508 | 318.652.858 |
| Patrimônio social | | 315.595.328 | 269.977.227 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | | 66.828.180 | 48.675.631 |
| Ajustes por avaliação patrimonial | | 0 | 0 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 405.156.133 | 339.165.456 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
 CNPJ 18.010.750/0001-00
 Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 (Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | PERÍODO | |
|---|---------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | | De 01/JAN./2015 a 31/DEZ./2015 | De 01/JAN./2014 a 31/DEZ./2014 |
| RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE | | 206.741.149 | 188.956.431 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | | 206.741.149 | 188.956.431 |
| Convênios de saúde privados | | 198.746.860 | 182.182.355 |
| Atendimentos a não conveniados | | 3.118.122 | 3.149.988 |
| Sistema único de saúde | | 0 | 33.906 |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | | 4.876.167 | 3.590.182 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS | | (33.926.018) | (29.908.848) |
| Glosas de convênios | | (1.762.318) | (2.251.201) |
| Repasses | | (26.757.396) | (23.900.801) |
| Serviços hospitalares - gratuidades | | (4.876.167) | (3.590.182) |
| Descontos e Abatimentos | | (530.137) | (166.664) |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | | 172.815.131 | 159.047.583 |
| CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS | | (47.225.540) | (45.310.307) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 11. | (47.225.540) | (45.310.307) |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | | 126.904.688 | 114.815.185 |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | (98.230.462) | (93.607.138) |
| Despesas com pessoal | 12. | (64.691.735) | (59.591.587) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 13. | (20.511.873) | (19.718.664) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | | (8.080.047) | (9.335.783) |
| Depreciações e amortizações | | (3.060.293) | (2.168.822) |
| Outras despesas gerais e administrativas | | (1.886.514) | (2.792.282) |
| Outras Receitas Operacionais | 14. | 1.315.097 | 1.077.909 |

SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | PERÍODO | |
|---|---------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | | De 01/JAN./2015 a 31/DEZ./2015 | De 01/JAN./2014 a 31/DEZ./2014 |
| DESPEAS E RECEITAS FINANCEIRAS | | 28.674.226 | 21.208.047 |
| Despesas e Receitas Financeiras | | 38.153.954 | 27.467.584 |
| Despesas Financeiras | | (88.457) | (106.843) |
| Receitas Financeiras | | 38.242.411 | 27.574.427 |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES | | 66.828.180 | 48.675.631 |
| BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO | | 27.882.035 | 21.297.142 |
| ISENÇÕES E IMUNIDADES | 15. | (27.882.035) | (21.297.142) |
| COFINS | | (5.184.454) | (4.771.427) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | (6.014.536) | (4.380.807) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | (16.683.045) | (12.144.908) |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | | 66.828.180 | 48.675.631 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em Reais 1)

| CONTA DESCRIÇÃO | PATRIMÔNIO SOCIAL | | TOTAL |
|--------------------------------------|--|------------------------------|-------------|
| | Superávits e Déficits Acumulados | Superávit do Exercício | |
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014 | 249.626.930 | 23.889.572 | 273.516.502 |
| Transferência para Patrimônio Social | 23.889.572 | (23.889.572) | 0 |
| Ajuste por Avaliação Patrimonial | (3.539.275) | 0 | (3.539.275) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 0 | 48.675.631 | 48.675.631 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 269.977.227 | 48.675.631 | 318.652.858 |
| Transferência para Patrimônio Social | 48.675.631 | (48.675.631) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | (3.057.530) | 0 | (3.057.530) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 0 | 66.828.180 | 66.828.180 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 | 315.595.328 | 66.828.180 | 382.423.508 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

| | PERÍODO DE | |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 01/JAN./2015 A 31/DEZ./2015 | 01/JAN./2014 A 31/DEZ./2014 |
| 1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 69.942.624 | 39.021.362 |
| Resultado líquido ajustado | 66.533.339 | 48.560.684 |
| Resultado do exercício | 66.828.180 | 48.675.631 |
| Ajustes | | |
| Depreciações e amortizações | 3.060.293 | 2.168.822 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | (631.682) | 347.413 |
| Baixas de bens do imobilizado | (127.366) | 517.852 |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | 461.444 | 390.241 |
| Transferências para o patrimônio social | (3.057.530) | (3.539.275) |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | 1.650.702 | (11.322.260) |
| Clientes e outros recebíveis | 1.695.120 | (11.252.503) |
| Estoques | (44.418) | (69.757) |
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 1.758.583 | 1.782.938 |
| Fornecedores | (121.447) | 1.193.663 |
| Obrigações trabalhistas | 482.541 | 464.142 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 562.220 | 118.795 |
| Prestadores de serviços | 1.320 | 4.213 |
| Outras contas a pagar | 833.949 | 2.125 |
| 2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (7.093.382) | (9.693.896) |
| Aquisição de investimentos | 0 | 0 |
| Aquisições do imobilizado | (6.635.767) | (9.662.900) |
| Aquisições de intangíveis | (434.512) | (165.930) |
| Outros valores a receber | (23.103) | 134.934 |
| 3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | 0 | 0 |
| 4 - VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO | 62.849.242 | 29.327.466 |
| 5 - RESUMO | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 267.572.992 | 238.245.526 |
| Varição das disponibilidades no período | 62.849.242 | 29.327.466 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 330.422.234 | 267.572.992 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais 1)

| | 2.015 | 2.014 |
|--|--------------|--------------|
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | |
| RECEITAS | 174.130.228 | 160.125.492 |
| Prestação de serviços hospitalares | 206.741.149 | 188.956.431 |
| Outras Receitas Operacionais | 1.315.097 | 1.077.909 |
| (-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos | (33.926.018) | (29.908.848) |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (22.398.387) | (22.510.946) |
| Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo | (20.511.873) | (19.718.664) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (1.886.514) | (2.792.282) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 151.731.841 | 137.614.546 |
| RETENÇÕES | (3.060.293) | (2.168.822) |
| Depreciações, Amortizações e Exaustões | (3.060.293) | (2.168.822) |
| VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | 148.671.548 | 135.445.724 |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 38.242.411 | 27.574.427 |
| Receitas Financeiras | 38.242.411 | 27.574.427 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 186.913.959 | 163.020.151 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde | 47.225.540 | 45.310.307 |
| Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde | 64.691.735 | 59.591.587 |
| Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde | 8.080.047 | 9.335.783 |
| Despesas Financeiras | 88.457 | 106.843 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 66.828.180 | 48.675.631 |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO | 186.913.959 | 163.020.151 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

POLÍTICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contra-parte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que

surtem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.

- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2015 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Caixa e bancos | 2.308.499 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 328.113.735 |
| | <u>330.422.234</u> |

5. Outras Contas a Receber

| | 2015 Em Reais (1) |
|------------------------------|----------------------|
| Adiantamentos a funcionários | 336.174 |
| Adiantamentos a fornecedores | 2.247.093 |
| Importações em andamento | 99.950 |
| Outros valores a receber | 58.823 |
| | <u>2.742.040</u> |

6. Estoques

| | 2015 Em Reais (1) |
|---------------------------------------|----------------------|
| Medicamentos e materiais hospitalares | 3.420.301 |
| Orteses e próteses | 842.066 |
| Outros estoques | 180.565 |
| | <u>4.442.932</u> |

NOVO ENDEREÇO E TELEFONE – RUA DAS ANDORINHAS, 353 – NOVO MUNDO – 81020-390 – CURITIBA – PARANÁ – TELEFONE # 55 41 3040 6604

7. Imobilizado

2015
Em Reais (1)

| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | Valor Residual |
|--|-------------------|-----------------------|----------------------------|-------------------|
| Máquinas, Aparelhos e Equipamentos | 17.369.563 | (4.055.657) | 10% a 20% | 13.313.906 |
| Equipamentos de informática | 2.867.436 | (1.078.349) | 10% a 20% | 1.789.087 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 2.805.269 | (159.003) | 10% a 20% | 2.646.266 |
| Veículos | 273.249 | (168.503) | 20% | 104.746 |
| Móveis e Utensílios | 1.089.000 | (230.465) | 10% a 20% | 858.535 |
| Imobilizações em andamento | 64.098 | 0 | 0% | 64.098 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10.916.166 | (472.397) | 4% a 10% | 10.443.769 |
| Outras imobilizações | 157.613 | (41.677) | 10% a 20% | 115.936 |
| TOTAL | 35.542.394 | (6.206.051) | | 29.336.343 |

8. Obrigações trabalhistas

2015
Em Reais (1)

| | |
|------------------|------------------|
| Salários a Pagar | 12.597 |
| Férias a pagar | 5.239.846 |
| | 5.252.443 |

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2015
Em Reais (1)

| | |
|--|------------------|
| Impostos a recolher | 614.709 |
| Contribuições e encargos sociais e previdenciários | 1.974.474 |
| | 2.589.183 |

10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

| | 2015 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Material hospitalar | 8.323.155 |
| Drogas e medicamentos | 17.076.846 |
| Orteses e próteses | 19.961.640 |
| Outros gastos | 1.863.899 |
| | <u>47.225.540</u> |

12. Despesas com Pessoal

| | 2015 Em Reais (1) |
|------------------------------------|----------------------|
| Salários e ordenados | 37.665.373 |
| Encargos sociais e previdenciários | 17.285.701 |
| Benefícios | 9.740.661 |
| | <u>64.691.735</u> |

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

| | 2015 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Utilidades e serviços | 3.434.576 |
| Material de consumo | 3.287.055 |
| Manutenção e locação | 8.765.147 |
| Generos alimentícios | 2.884.795 |
| Outros gastos | 2.140.300 |
| | <u>20.511.873</u> |

14. Outras Receitas Operacionais

| | 2015 Em Reais (1) |
|-------------------------|----------------------|
| Alugueis | 109.053 |
| Recuperação de despesas | 853.150 |
| Donativos | 201,574 |
| Outras receitas | <u>151.320</u> |
| | 1.315.097 |

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

| TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | 2015 Em Reais (1) |
|-------------------------------------|----------------------|
| - COFINS | 5.184.454 |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | 6.014.536 |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 16.683.045 |

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 28 de janeiro de 2016.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF
Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ
18.010.750/0001-00

SCP

NOME EMPRESARIAL
Hospital São Vicente de Paulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO
01/01/2016 a 31/12/2016

SITUAÇÃO
Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
2F.CA.2F.89.71.9A.F3.BC.54.2C.DF.2B.64.A7.3D.A2.50.66.70.45

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

| QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO | CPF/CNPJ | NOME | Nº SÉRIE DO CERTIFICADO | VALIDADE |
|----------------------------|----------------|--|--|-------------------------|
| Contador/Contabilista | 76663230778 | ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778 | 41294453202798053 | 02/08/2016 a 02/08/2019 |
| Diretor | 18010750000100 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO:18010750000100 | 163191235784463465236 32980843602157262 | 19/04/2016 a 18/04/2019 |

NÚMERO DO RECIBO:

2F.CA.2F.89.71.9A.F3.BC.54.2C.DF.2B
.64.A7.3D.A2.50.66.70.45-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 25/07/2017 às 09:49:56

53.CB.BB.3C.DE.4A.76.1A
7F.65.8B.65.2B.53.FD.C6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ

18.010.750/0001-00

SCP

NOME EMPRESARIAL

Hospital São Vicente de PAulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO

01/01/2017 a 31/12/2017

SITUAÇÃO

Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.5E.6C.09.D9.26.9A.73.83

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

| QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO | CPF/CNPJ | NOME | Nº SÉRIE DO CERTIFICADO | VALIDADE |
|----------------------------|----------------|---|--|-------------------------|
| Contador/Contabilista | 76663230778 | ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778 | 41294453202798053 | 02/08/2016 a 02/08/2019 |
| Diretor | 18010750000100 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO: 18010750000100 | 163191235784463465236 32980843602157262 | 19/04/2016 a 18/04/2019 |

NÚMERO DO RECIBO:

2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.
5E.6C.09.D9.26.9A.73.83-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 20/07/2018 às 15:54:23

FA.32.B3.40.AC.EC.96.43 63.05.
D1.81.A3.5D.05.38

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ

18.010.750/0001-00

SCP

NOME EMPRESARIAL

Hospital São Vicente de Paulo

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO

01/01/2018 a 31/12/2018

SITUAÇÃO

Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

B8.DA.F3.A4.FC.CE.45.87.1A.AE.74.D4.31.35.65.65.88.27.C4.2C

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

| QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO | CPF/CNPJ | NOME | Nº SÉRIE DO CERTIFICADO | VALIDADE |
|----------------------------|-------------|---|--|-------------------------|
| Contador/Contabilista | 76663230778 | ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778 | 41294453202798053 | 02/08/2016 a 02/08/2019 |
| Diretor | 79277101768 | MARIA CRISTINA D ABRUZZO:79277101768 | 830760179770725199682 59229045988119496 | 28/02/2019 a 27/02/2022 |

NÚMERO DO RECIBO:

B8.DA.F3.A4.FC.CE.45.87.1A.AE.74.D4
.31.35.65.65.88.27.C4.2C-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/07/2019 às 13:59:00

E2.4E.73.33.50.6B.1D.07
E2.46.9D.D8.50.B6.91.69



São Paulo, 16 de março de 2.018

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do ano de 2017, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.017 | 2.016 |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | <u>576.585.867</u> | <u>461.673.393</u> |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4. | <u>497.133.786</u> | <u>399.943.330</u> |
| Caixa e bancos | | 1.849.775 | 2.017.759 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | | 495.284.011 | 397.925.572 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS | | <u>73.115.864</u> | <u>57.194.471</u> |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | | 74.698.802 | 57.044.284 |
| Outras contas e receber | 5. | 2.141.407 | 1.269.053 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (3.724.346) | (1.118.866) |
| ESTOQUES | | <u>6.336.218</u> | <u>4.535.592</u> |
| Medicamentos e materiais de consumo | 6. | 6.336.218 | 4.535.592 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>29.348.429</u> | <u>30.054.360</u> |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | <u>217.849</u> | <u>470.963</u> |
| Contingências judiciais | | 217.849 | 470.963 |

| | | | |
|--|----|---------------------------|---------------------------|
| IMOBILIZADO | 7. | <u>28.534.542</u> | <u>28.743.572</u> |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | | 18.759.115 | 18.028.796 |
| Equipamentos de informática | | 3.271.965 | 3.012.184 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | | 3.337.436 | 3.393.697 |
| Veículos | | 273.249 | 273.249 |
| Móveis e Utensílios | | 1.342.883 | 1.328.054 |
| Imobilizações em andamento | | 553.339 | 741.684 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | | 13.585.755 | 11.173.901 |
| Outras imobilizações | | 150.235 | 150.235 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | | (12.739.435) | (9.358.228) |
| INTANGÍVEIS | | <u>596.039</u> | <u>839.825</u> |
| Direitos de uso de softwares | | 2.252.285 | 2.077.949 |
| (-) Amortizações acumuladas | | (1.656.246) | (1.238.124) |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>605.934.297</u> | <u>491.727.753</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.017 | 2.016 |
|---|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | <u>20.345.059</u> | <u>19.948.810</u> |
| Fornecedores | | 9.984.906 | 8.730.688 |
| Obrigações trabalhistas | 8. | 5.668.447 | 5.838.606 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 9. | 2.876.440 | 2.812.453 |
| Adiantamentos de clientes | | 207.648 | 138.309 |
| Outras contas a pagar | | 1.607.619 | 2.428.754 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>8.131.871</u> | <u>4.742.544</u> |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | | 8.131.871 | 4.742.544 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>577.457.367</u> | <u>467.036.399</u> |
| Patrimônio social | 10. | <u>577.457.367</u> | <u>467.036.399</u> |
| Patrimônio social | | 467.118.325 | 382.779.691 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | | 110.339.042 | 84.256.708 |
| TOTAL DO PASSIVO | | <u>605.934.297</u> | <u>491.727.753</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

| | PERÍODO | |
|--|------------------|--------------|
| | De | De |
| Nota | 01/JAN./2017 | 01/JAN./2016 |
| Explicativa | 31/DEZ./2017 | 31/DEZ./2016 |
| RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE | 281.591.153 | 229.486.906 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | 281.591.153 | 229.486.906 |
| Convênios de saúde privados | 273.766.424 | 222.703.525 |
| Atendimentos a não conveniados | 3.158.306 | 2.613.654 |
| Outros serviços hospitalares – gratuidades | 4.666.423 | 4.169.727 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS | (41.311.894) | (37.709.524) |
| Glosas de convênios | (2.470.079) | (4.146.490) |
| Repasses | (34.047.140) | (29.248.170) |
| Serviços hospitalares – gratuidades | (4.666.423) | (4.169.727) |
| Descontos e Abatimentos | (128.252) | (145.137) |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | 240.279.259 | 191.777.382 |
| CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS | (57.880.788) | (51.231.595) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 11. (57.880.788) | (51.231.595) |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | 182.398.471 | 140.545.787 |

| | | | |
|--|-----|---------------------------|--------------------------|
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | <u>(115.096.515)</u> | <u>(104.656.616)</u> |
| Despesas com pessoal | 12. | (72.545.262) | (69.582.561) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 13. | (23.627.391) | (22.805.923) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | | (8.144.844) | (6.326.693) |
| Depreciações e amortizações | | (3.858.247) | (3.657.009) |
| Outras despesas gerais e administrativas | | (8.082.805) | (3.125.618) |
| Outras Receitas Operacionais | 14. | <u>1.162.033</u> | <u>841.188</u> |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS | | <u>67.301.956</u> | <u>35.889.171</u> |
| Despesas e Receitas Financeiras | | <u>43.037.086</u> | <u>48.367.537</u> |
| Despesas Financeiras | | (98.185) | (78.804) |
| Receitas Financeiras | | 43.135.271 | 48.446.341 |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES | | <u>110.339.042</u> | <u>84.256.708</u> |
| | | | |
| BENEFICIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO | | <u>(44.699.669)</u> | <u>34.376.522</u> |
| | | | |
| ISENÇÕES E IMUNIDADES | 15. | <u>(44.699.669)</u> | <u>(34.376.522)</u> |
| | | | |
| COFINS | | (7.208.378) | (5.753.241) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | (9.930.531) | (7.583.104) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | (27.560.761) | (21.040.177) |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | | <u>110.339.042</u> | <u>84.256.708</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em Reais 1)

| CONTA DESCRIÇÃO | PATRIMÔNIO SOCIAL | | TOTAL |
|--------------------------------------|--|------------------------------|-------------|
| | Superávits e Déficits Acumulados | Superávit do Exercício | |
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016 | 315.595.328 | 66.828.180 | 382.423.508 |
| Transferência para Patrimônio Social | 66.828.180 | (66.828.180) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 356.186 | 0 | 356.186 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 0 | 84.256.708 | 84.256.708 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 382.779.691 | 84.256.708 | 467.036.399 |
| Transferência para Patrimônio Social | 84.256.708 | (84.256.708) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 81.926 | 0 | 81.926 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 0 | 110.339.042 | 110.339.042 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 |



(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

(Em Reais 1)

| | PERÍODO DE | |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 01/JAN./2017 A 31/DEZ./2017 | 01/JAN./2016 A 31/DEZ./2016 |
| 1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 100.458.935 | 73.071.922 |
| Resultado líquido ajustado | 120.390.183 | 88.881.561 |
| Resultado do exercício | 110.339.042 | 84.256.708 |
| Ajustes | | |
| Depreciações e amortizações | 3.858.247 | 3.657.009 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | 2.605.480 | 532.609 |
| Baixas de bens do imobilizado | 116.162 | 205.670 |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | 3.389.327 | (126.618) |
| Transferências para o patrimônio social | 81.926 | 356.183 |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | (20.327.498) | (17.894.988) |
| Clientes e outros recebíveis | (18.526.872) | (17.802.328) |
| Estoques | (1.800.626) | (92.660) |

| | | |
|--|--------------------|--------------------|
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 396.249 | 2.085.349 |
| Fornecedores | 1.290.400 | 225.939 |
| Obrigações trabalhistas | (170.159) | 777.439 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 63.987 | 31.997 |
| Prestadores de serviços | (36.182) | 369.495 |
| Outras contas a pagar | (751.797) | 680.479 |
| | | |
| 2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | <u>(3.268.479)</u> | <u>(3.550.826)</u> |
| Aquisição de investimentos | 0 | 0 |
| Aquisições do imobilizado | (3.347.257) | (2.883.235) |
| Aquisições de intangíveis | (174.336) | (223.499) |
| Outros valores a receber | 253.114 | (444.092) |
| | | |
| 3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | <u>0</u> | <u>0</u> |
| | | |
| 4 - VARIAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO | <u>97.190.456</u> | <u>69.521.096</u> |
| | | |
| 5 - RESUMO | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 399.943.330 | 330.422.234 |
| Variação das disponibilidades no período | 97.190.456 | 69.521.096 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 497.133.786 | 399.943.330 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

Rio de Janeiro - RJ

POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade, b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:

2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.

- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2017 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Caixa e bancos | 1.849.775 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 495.284.011 |
| | 497.133.786 |

5. Outras Contas a Receber

| | 2017 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Adiantamentos a funcionários | 383.083 |
| Adiantamentos a fornecedores | 485.570 |
| Importações em andamento | 1.065.207 |
| Outros valores a receber (despesas antecipadas) | 207.546 |
| | 2.141.407 |

6. Estoques

| | 2017 Em Reais (1) |
|---------------------------------------|----------------------|
| Medicamentos e materiais hospitalares | 4.765.163 |
| Orteses e próteses | 983.019 |
| Outros estoques | 588.034 |
| | 6.336.218 |

7. Imobilizado

| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | 2017 |
|--|-------------------|-----------------------|----------------------------|-------------------|
| | | | | Em Reais (1) |
| | | | | Valor Residual |
| Máquinas, Aparelhos e Equipamentos | 18.759.114 | (7.535.802) | 10% a 20% | 11.223.312 |
| Equipamentos de informática | 3.271.964 | (2.256.709) | 10% a 20% | 1.015.255 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.337.436 | (772.272) | 10% a 20% | 2.565,164 |
| Veículos | 273.249 | (273,249) | 20% | 0 |
| Móveis e Utensílios | 1.342.882 | (452.933) | 10% a 20% | 889.949 |
| Imobilizações em andamento | 553.339 | 0 | 0% | 553.339 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 13.585.755 | 0 | 4% a 10% | 13.585.755 |
| Outras imobilizações | 150.235 | (69.455) | 10% a 20% | 80.780 |
| TOTAL | 28.534.542 | (12.739.434) | | 28.743.572 |

8. Obrigações trabalhistas

| | 2017 |
|------------------|--------------|
| | Em Reais (1) |
| Salários a Pagar | 6.703 |
| Férias a pagar | 5.661.744 |
| | <hr/> |
| | 5.668.447 |

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

| | 2017 Em Reais (1) |
|--|----------------------|
| Impostos a recolher/outros taxas | 618.695 |
| Contribuições e encargos sociais e previdenciários | 2.257,745 |
| | <hr/> |
| | 2.876.440 |

10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

| | 2017 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Material hospitalar | 9.849.988 |
| Drogas e medicamentos | 23.047.559 |
| Orteses e próteses | 23.304.967 |
| Outros gastos | 1.678.274 |
| | <hr/> |
| | 57.880.788 |

12. Despesas com Pessoal

| | 2017 Em Reais (1) |
|------------------------------------|----------------------|
| Salários e ordenados | 37.101.479 |
| Encargos sociais e previdenciários | 25.134.839 |
| Benefícios | 10.308.944 |
| | <hr/> |
| | 72.545.262 |

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

| | 2017 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Utilidades e serviços | 2.462.197 |
| Material de consumo | 3.295.321 |
| Manutenção e locação | 11.766.557 |
| Gêneros alimentícios | 2.896.716 |
| Outros gastos | 3.206.600 |
| | <hr/> |
| | 23.627.391 |

14. Outras Receitas Operacionais

| | 2017 Em Reais (1) |
|-------------------------|----------------------|
| Aluguéis | 148.616 |
| Recuperação de despesas | 386.110 |
| Donativos | 308.969 |
| Outras receitas | 318.338 |
| | <hr/> |
| | 1.162.033 |

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO

2017
Em Reais (1)

| | |
|-------------------------------------|------------|
| - COFINS | 7.208.378 |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | 9.930.531 |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 27.560.761 |

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2017.

Fim



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, Rio de Janeiro-RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de



auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de março de 2.018.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR: 1SP 186638/O-3
CNAI: 1922
IBRACON: 4108





São Paulo, 13 de março de 2.020.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP
Ir. Cristina e Ir. Jacira

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 007/20
Período abrangência dos exames de auditoria: **Exercício 2.019**

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício referente **Exercício de 2019**, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O
(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.019 | 2.018 |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | <u>740.715.776</u> | <u>676.728.087</u> |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4. | <u>657.963.750</u> | <u>576.730.902</u> |
| Caixa e bancos | | 994.101 | 2.602.528 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | | 656.969.648 | 574.128.374 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS | | <u>72.917.485</u> | <u>92.710.367</u> |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | | 69.034.910 | 89.125.432 |
| Outras contas e receber | 5. | 7.325.149 | 8.033.225 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (3.442.574) | (4.448.290) |
| ESTOQUES | | <u>9.834.541</u> | <u>7.286.818</u> |
| Medicamentos e materiais de consumo | 6. | 9.834.541 | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>50.648.494</u> | <u>35.057.964</u> |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | <u>140.127</u> | <u>323.811</u> |
| Contingências judiciais | | 140.127 | 323.811 |
| IMOBILIZADO | 7. | <u>48.966.814</u> | <u>34.243.005</u> |



| | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 30.109.438 | 21.392.150 |
| Equipamentos de informática | 4.862.515 | 4.056.960 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.707.814 | 3.448.704 |
| Veículos | 496.340 | 123.921 |
| Móveis e Utensílios | 2.815.298 | 1.456.168 |
| Imobilizações em andamento | 2.950.243 | 5.508.259 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 24.046.204 | 14.070.526 |
| Outras imobilizações | 161.361 | 161.362 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (20.182.400) | (15.975.045) |
| INTANGÍVEIS | <u>1.541.553</u> | <u>491.148</u> |
| Direitos de uso de softwares | 3.805.847 | 2.385.335 |
| (-) Amortizações acumuladas | (2.264.294) | (1.894.187) |
| TOTAL DO ATIVO | <u>791.364.270</u> | <u>711.786.051</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.019 | 2.018 |
|---|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | <u>21.962.563</u> | <u>19.792.478</u> |
| Fornecedores | | 11.492.670 | 10.020.564 |
| Obrigações trabalhistas | 8. | 6.845.763 | 5.890.684 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 9. | 2.765.243 | 2.499.150 |
| Adiantamentos de clientes | | 36.516 | 226.399 |
| Outras contas a pagar | | 822.372 | 1.155.681 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>7.368.089</u> | <u>8.061.932</u> |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | | 7.368.089 | 8.061.932 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>762.033.618</u> | <u>683.931.641</u> |
| Patrimônio social | 10. | <u>762.033.618</u> | <u>683.931.641</u> |
| Patrimônio social | | 658.917.926 | 577.473.602 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | | 103.115.692 | 106.458.039 |
| TOTAL DO PASSIVO | | <u>791.364.270</u> | <u>711.786.051</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

| | PERÍODO | | |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| | De 01/JAN./2019 | De 01/JAN./2018 | |
| | Nota Explicativa | 31/DEZ./2019 | 31/DEZ./2018 |
| RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE | | <u>293.335.173</u> | <u>284.029.205</u> |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | | <u>293.335.173</u> | <u>284.029.205</u> |
| Convênios de saúde privados | | 283.706.121 | 275.694.150 |
| Atendimentos a não conveniados | | 4.047.040 | 3.577.497 |
| Outros serviços hospitalares – gratuidades | | 5.582.012 | 4.757.558 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS | | <u>(48.607.956)</u> | <u>(45.092.893)</u> |
| Glosas de convênios | | (1.922.322) | (1.364.911) |
| Repasses | | (41.069.223) | (38.908.610) |
| Serviços hospitalares – gratuidades | | (5.582.012) | (4.757.558) |
| Descontos e Abatimentos | | (34.399) | (61.814) |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | | <u>244.727.217</u> | <u>238.936.312</u> |
| CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS | | <u>(60.647.204)</u> | <u>(61.696.127)</u> |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 11. | (60.647.204) | (61.696.127) |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | | <u>184.080.013</u> | <u>177.240.185</u> |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | <u>(116.015.416)</u> | <u>(104.678.577)</u> |



| | | | |
|--|-----|---------------------|---------------------|
| Despesas com pessoal | 12. | (77.154.153) | (70.204.403) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 13. | (26.202.120) | (22.112.197) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | | (7.233.146) | (7.191.106) |
| Depreciações e amortizações | | (4.713.196) | (3.628.028) |
| Outras despesas gerais e administrativas | | (1.738.388) | (2.523.600) |
| | | | |
| Outras Receitas Operacionais | 14. | <u>1.025.586</u> | <u>980.757</u> |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS | | <u>68.064.598</u> | <u>72.561.608</u> |
| | | | |
| Despesas e Receitas Financeiras | | <u>35.051.094</u> | <u>33.896.431</u> |
| | | | |
| Despesas Financeiras | | (102.458) | (102.107) |
| Receitas Financeiras | | 35.153.551 | 33.998.538 |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES | | <u>103.115.692</u> | <u>106.458.039</u> |
| | | | |
| BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO | | <u>0</u> | <u>0</u> |
| | | | |
| ISENÇÕES E IMUNIDADES | 15. | <u>(42.365.151)</u> | <u>(43.339.823)</u> |
| | | | |
| COFINS | | (7.341.816) | (7.168.089) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | (9.280.412) | (9.581.224) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | (25.742.923) | (26.590.510) |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | | <u>103.115.692</u> | <u>106.458.039</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em Reais 1)

| CONTA | PATRIMÔNIO SOCIAL | | TOTAL |
|---|----------------------------------|------------------------|--------------------|
| | Superávits e Déficits Acumulados | Superávit do Exercício | |
| DESCRIÇÃO | | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 |
| Transferência para Patrimônio Social | 110.339.042 | (110.339.042) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | 16.235 | 16.235 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 106.458.039 | 106.458.039 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 577.457.367 | 106.474.274 | 683.931.641 |
| Transferência para Patrimônio Social | 106.474.274 | (106.474.274) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | (25.013.715) | (25.013.715) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 103.115.692 | 103.115.692 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 683.931.641 | 78.101.977 | 762.033.618 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

| | PERÍODO DE | |
|--|---------------------|---------------------|
| | 01/JAN./2019 | 01/JAN./2018 |
| | A | A |
| | 31/DEZ./2019 | 31/DEZ./2018 |
| 1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 101.022.890 | 89.659.668 |
| Resultado líquido ajustado | 81.607.647 | 110.757.353 |
| Resultado do exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |
| Ajustes | | |
| Depreciações e amortizações | 4.713.196 | 3.628.028 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | (792.699) | 723.945 |
| Baixas de bens do imobilizado | 7.276 | 1.045 |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | (422.103) | (69.939) |
| Transferências para o patrimônio social | (25.013.715) | 16.235 |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | 17.245.159 | (20.545.104) |
| Clientes e outros recebíveis | 19.792.882 | (19.594.503) |
| Estoques | (2.547.723) | (950.600) |
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 2.170.085 | (552.581) |
| Fornecedores | 1.472.106 | 35.658 |
| Obrigações trabalhistas | 955.079 | 222.237 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 266.093 | (377.290) |
| Prestadores de serviços | (189.884) | 18.751 |
| Outras contas a pagar | (333.309) | (451.938) |
| 2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (19.789.942) | (10.062.552) |
| Aquisição de investimentos | 0 | 0 |
| Aquisições do imobilizado | (18.923.321) | (9.823.540) |
| Aquisições de intangíveis | (1.050.405) | (133.050) |
| Outros valores a receber | 183.684 | (105.962) |
| 3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | 0 | 0 |



| | | |
|--|-------------|-------------|
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 35.153.551 | 33.998.538 |
| Receitas Financeiras | 35.153.551 | 33.998.538 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 248.252.652 | 245.651.782 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde | 60.647.204 | 61.696.127 |
| Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde | 77.154.153 | 70.204.403 |
| Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde | 7.233.146 | 7.191.106 |
| Despesas Financeiras | 102.458 | 102.107 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO | 248.252.652 | 245.651.782 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

**POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a:

- a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade;
- c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde;
- d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins;
- e) Gerenciar serviços de saúde;
- f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e
- g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade,
- b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:



2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.



2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foi calculado com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contam a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.



2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2019 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Caixa e bancos | 994.101 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | <u>656.969.648</u> |
| | 657.963.750 |

5. Outras Contas a Receber

| | 2019 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Adiantamentos a funcionários | 358.768 |
| Adiantamentos a fornecedores | 621.096 |
| Importações em andamento | 5.706.767 |
| Outros valores a receber (despesas antecipadas) | <u>638.517</u> |
| | 7.325.149 |

6. Estoques

| | 2019 Em Reais (1) |
|---------------------------------------|----------------------|
| Medicamentos e materiais hospitalares | 8.001.256 |
| Orteses e próteses | 1.154.799 |
| Outros estoques | <u>678.486</u> |
| | 9.834.541 |



7. Imobilizado

2019
Em Reais (1)

| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | Valor Residual |
|--|-------------------|-----------------------|----------------------------|-------------------|
| Máquinas, Aparelhos e Equipamentos | 30.109.438,13 | -11.929.061,47 | 10% a 20% | 18.180.377 |
| Equipamentos de informática | 4.862.515,04 | -3.255.633,18 | 10% a 20% | 1.606.882 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.707.814,15 | -1.451.544,99 | 10% a 20% | 2.256.269 |
| Veículos | 496.340,10 | -87.571,33 | 20% | 408.769 |
| Móveis e Utensílios | 2.815.298,14 | -824.075,21 | 10% a 20% | 1.991.223 |
| Imobilizações em andamento | 2.950.243,08 | 0 | 0% | 2.950.243 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 24.046.204,32 | -2.523.566,22 | 4% a 10% | 21.522.638 |
| Outras imobilizações | 161.360,69 | - 110.947,62 | 10% a 20% | 50.413 |
| TOTAL | 69.149.214 | -20.182.400 | | 48.966.814 |

8. Obrigações trabalhistas

2019
Em Reais (1)

| | |
|------------------|-----------|
| Salários a Pagar | 0,00 |
| Férias a pagar | 6.845.763 |
| | <hr/> |
| | 6.845.763 |

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2017
Em Reais (1)

| | |
|--|-----------|
| Impostos a recolher/outras taxas | 408.582 |
| Contribuições e encargos sociais e previdenciários | 2.356.661 |
| | <hr/> |

2.765.243



10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais.

| | 2019 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Material hospitalar | 9.975.705 |
| Drogas e medicamentos | 26.897.833 |
| Orteses e próteses | 23.372,077 |
| Outros gastos | <u>1.401.588</u> |
| | 60.647.204 |

12. Despesas com Pessoal

| | 2019 Em Reais (1) |
|------------------------------------|----------------------|
| Salários e ordenados | 40.813.696 |
| Encargos sociais e previdenciários | 23.711.503 |
| Benefícios | <u>12.628.953</u> |
| | 77.154.153 |

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais (em azul)

| | 2019 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Utilidades e serviços | 3.258.084 |
| Material de consumo | 4.195.636 |
| Manutenção e locação | 12.127.758 |
| Gêneros alimentícios | 2.982.658 |
| Outros gastos | <u>3.637.984</u> |
| | 26.202.120 |

14. Outras Receitas Operacionais



| | 2019 Em Reais (1) |
|-------------------------|----------------------|
| Aluguéis | 147.079 |
| Recuperação de despesas | 238.011 |
| Donativos | 551.606 |
| Outras receitas | 88.890 |
| | <hr/> 1.025.586 |

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea “c”, do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

| TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | 2019 Em Reais (1) |
|-------------------------------------|----------------------|
| - COFINS | (7.341.816) |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | (9.280.412) |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (25.742.923) |

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2020.



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**. Rio de Janeiro.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações



significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES

CONTADOR: 1SP 186638/O-3

CNAI: 1922

IBRACON: 4108



São Paulo, 13 de março de 2.020.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP
Ir. Cristina e Ir. Jacira

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 007/20
Período abrangência dos exames de auditoria: **Exercício 2.019**

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício referente **Exercício de 2019**, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO (Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.019 | 2.018 |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | <u>740.715.776</u> | <u>676.728.087</u> |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4. | <u>657.963.750</u> | <u>576.730.902</u> |
| Caixa e bancos | | 994.101 | 2.602.528 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | | 656.969.648 | 574.128.374 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS | | <u>72.917.485</u> | <u>92.710.367</u> |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | | 69.034.910 | 89.125.432 |
| Outras contas e receber | 5. | 7.325.149 | 8.033.225 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (3.442.574) | (4.448.290) |
| ESTOQUES | | <u>9.834.541</u> | <u>7.286.818</u> |
| Medicamentos e materiais de consumo | 6. | 9.834.541 | |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>50.648.494</u> | <u>35.057.964</u> |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | <u>140.127</u> | <u>323.811</u> |
| Contingências judiciais | | 140.127 | 323.811 |
| IMOBILIZADO | 7. | <u>48.966.814</u> | <u>34.243.005</u> |



| | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 30.109.438 | 21.392.150 |
| Equipamentos de informática | 4.862.515 | 4.056.960 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.707.814 | 3.448.704 |
| Veículos | 496.340 | 123.921 |
| Móveis e Utensílios | 2.815.298 | 1.456.168 |
| Imobilizações em andamento | 2.950.243 | 5.508.259 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 24.046.204 | 14.070.526 |
| Outras imobilizações | 161.361 | 161.362 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (20.182.400) | (15.975.045) |
| INTANGÍVEIS | <u>1.541.553</u> | <u>491.148</u> |
| Direitos de uso de softwares | 3.805.847 | 2.385.335 |
| (-) Amortizações acumuladas | (2.264.294) | (1.894.187) |
| TOTAL DO ATIVO | <u>791.364.270</u> | <u>711.786.051</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.019 | 2.018 |
|---|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | <u>21.962.563</u> | <u>19.792.478</u> |
| Fornecedores | | 11.492.670 | 10.020.564 |
| Obrigações trabalhistas | 8. | 6.845.763 | 5.890.684 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 9. | 2.765.243 | 2.499.150 |
| Adiantamentos de clientes | | 36.516 | 226.399 |
| Outras contas a pagar | | 822.372 | 1.155.681 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>7.368.089</u> | <u>8.061.932</u> |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | | 7.368.089 | 8.061.932 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>762.033.618</u> | <u>683.931.641</u> |
| Patrimônio social | 10. | <u>762.033.618</u> | <u>683.931.641</u> |
| Patrimônio social | | 658.917.926 | 577.473.602 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | | 103.115.692 | 106.458.039 |
| TOTAL DO PASSIVO | | <u>791.364.270</u> | <u>711.786.051</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

| | PERÍODO | | |
|--|---------------------|----------------------|----------------------|
| | De 01/JAN./2019 | De 01/JAN./2018 | |
| | Nota Explicativa | 31/DEZ./2019 | 31/DEZ./2018 |
| RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE | | <u>293.335.173</u> | <u>284.029.205</u> |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | | <u>293.335.173</u> | <u>284.029.205</u> |
| Convênios de saúde privados | | 283.706.121 | 275.694.150 |
| Atendimentos a não conveniados | | 4.047.040 | 3.577.497 |
| Outros serviços hospitalares – gratuidades | | 5.582.012 | 4.757.558 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS | | <u>(48.607.956)</u> | <u>(45.092.893)</u> |
| Glosas de convênios | | (1.922.322) | (1.364.911) |
| Repasses | | (41.069.223) | (38.908.610) |
| Serviços hospitalares – gratuidades | | (5.582.012) | (4.757.558) |
| Descontos e Abatimentos | | (34.399) | (61.814) |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | | <u>244.727.217</u> | <u>238.936.312</u> |
| CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS | | <u>(60.647.204)</u> | <u>(61.696.127)</u> |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 11. | (60.647.204) | (61.696.127) |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | | <u>184.080.013</u> | <u>177.240.185</u> |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | <u>(116.015.416)</u> | <u>(104.678.577)</u> |



| | | | |
|--|-----|---------------------|---------------------|
| Despesas com pessoal | 12. | (77.154.153) | (70.204.403) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 13. | (26.202.120) | (22.112.197) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | | (7.233.146) | (7.191.106) |
| Depreciações e amortizações | | (4.713.196) | (3.628.028) |
| Outras despesas gerais e administrativas | | (1.738.388) | (2.523.600) |
| | | | |
| Outras Receitas Operacionais | 14. | <u>1.025.586</u> | <u>980.757</u> |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS | | <u>68.064.598</u> | <u>72.561.608</u> |
| | | | |
| Despesas e Receitas Financeiras | | <u>35.051.094</u> | <u>33.896.431</u> |
| | | | |
| Despesas Financeiras | | (102.458) | (102.107) |
| Receitas Financeiras | | 35.153.551 | 33.998.538 |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES | | <u>103.115.692</u> | <u>106.458.039</u> |
| | | | |
| BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO | | <u>0</u> | <u>0</u> |
| | | | |
| ISENÇÕES E IMUNIDADES | 15. | <u>(42.365.151)</u> | <u>(43.339.823)</u> |
| | | | |
| COFINS | | (7.341.816) | (7.168.089) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | (9.280.412) | (9.581.224) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | (25.742.923) | (26.590.510) |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | | <u>103.115.692</u> | <u>106.458.039</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em Reais 1)

| CONTA | PATRIMÔNIO SOCIAL | | TOTAL |
|---|----------------------------------|------------------------|--------------------|
| | Superávits e Déficits Acumulados | Superávit do Exercício | |
| DESCRIÇÃO | | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 |
| Transferência para Patrimônio Social | 110.339.042 | (110.339.042) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | 16.235 | 16.235 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 106.458.039 | 106.458.039 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 577.457.367 | 106.474.274 | 683.931.641 |
| Transferência para Patrimônio Social | 106.474.274 | (106.474.274) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | | (25.013.715) | (25.013.715) |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 103.115.692 | 103.115.692 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 683.931.641 | 78.101.977 | 762.033.618 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro – RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

| | PERÍODO DE | |
|--|---------------------|---------------------|
| | 01/JAN./2019 | 01/JAN./2018 |
| | A | A |
| | 31/DEZ./2019 | 31/DEZ./2018 |
| 1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 101.022.890 | 89.659.668 |
| Resultado líquido ajustado | 81.607.647 | 110.757.353 |
| Resultado do exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |
| Ajustes | | |
| Depreciações e amortizações | 4.713.196 | 3.628.028 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | (792.699) | 723.945 |
| Baixas de bens do imobilizado | 7.276 | 1.045 |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | (422.103) | (69.939) |
| Transferências para o patrimônio social | (25.013.715) | 16.235 |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | 17.245.159 | (20.545.104) |
| Clientes e outros recebíveis | 19.792.882 | (19.594.503) |
| Estoques | (2.547.723) | (950.600) |
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 2.170.085 | (552.581) |
| Fornecedores | 1.472.106 | 35.658 |
| Obrigações trabalhistas | 955.079 | 222.237 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 266.093 | (377.290) |
| Prestadores de serviços | (189.884) | 18.751 |
| Outras contas a pagar | (333.309) | (451.938) |
| 2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (19.789.942) | (10.062.552) |
| Aquisição de investimentos | 0 | 0 |
| Aquisições do imobilizado | (18.923.321) | (9.823.540) |
| Aquisições de intangíveis | (1.050.405) | (133.050) |
| Outros valores a receber | 183.684 | (105.962) |
| 3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | 0 | 0 |



| | | |
|--|--------------------|--------------------|
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | <u>35.153.551</u> | <u>33.998.538</u> |
| Receitas Financeiras | 35.153.551 | 33.998.538 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | <u>248.252.652</u> | <u>245.651.782</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde | 60.647.204 | 61.696.127 |
| Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde | 77.154.153 | 70.204.403 |
| Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde | 7.233.146 | 7.191.106 |
| Despesas Financeiras | 102.458 | 102.107 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 103.115.692 | 106.458.039 |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO | <u>248.252.652</u> | <u>245.651.782</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

**POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a:

- a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade;
- c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde;
- d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins;
- e) Gerenciar serviços de saúde;
- f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e
- g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade,
- b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:



2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.

2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.



2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foi calculado com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuados nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.

Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contam a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.



2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2019 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Caixa e bancos | 994.101 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | <u>656.969.648</u> |
| | 657.963.750 |

5. Outras Contas a Receber

| | 2019 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Adiantamentos a funcionários | 358.768 |
| Adiantamentos a fornecedores | 621.096 |
| Importações em andamento | 5.706.767 |
| Outros valores a receber (despesas antecipadas) | <u>638.517</u> |
| | 7.325.149 |

6. Estoques

| | 2019 Em Reais (1) |
|---------------------------------------|----------------------|
| Medicamentos e materiais hospitalares | 8.001.256 |
| Orteses e próteses | 1.154.799 |
| Outros estoques | <u>678.486</u> |
| | 9.834.541 |



7. Imobilizado

2019
Em Reais (1)

| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | Valor Residual |
|--|-------------------|-----------------------|----------------------------|-------------------|
| Máquinas, Aparelhos e Equipamentos | 30.109.438,13 | -11.929.061,47 | 10% a 20% | 18.180.377 |
| Equipamentos de informática | 4.862.515,04 | -3.255.633,18 | 10% a 20% | 1.606.882 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.707.814,15 | -1.451.544,99 | 10% a 20% | 2.256.269 |
| Veículos | 496.340,10 | -87.571,33 | 20% | 408.769 |
| Móveis e Utensílios | 2.815.298,14 | -824.075,21 | 10% a 20% | 1.991.223 |
| Imobilizações em andamento | 2.950.243,08 | 0 | 0% | 2.950.243 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 24.046.204,32 | -2.523.566,22 | 4% a 10% | 21.522.638 |
| Outras imobilizações | 161.360,69 | - 110.947,62 | 10% a 20% | 50.413 |
| TOTAL | 69.149.214 | -20.182.400 | | 48.966.814 |

8. Obrigações trabalhistas

2019
Em Reais (1)

| | |
|------------------|------------------|
| Salários a Pagar | 0,00 |
| Férias a pagar | 6.845.763 |
| | <u>6.845.763</u> |

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2017
Em Reais (1)

| | |
|--|------------------|
| Impostos a recolher/outras taxas | 408.582 |
| Contribuições e encargos sociais e previdenciários | 2.356.661 |
| | <u>2.765.243</u> |

2.765.243



10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais.

| | 2019 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Material hospitalar | 9.975.705 |
| Drogas e medicamentos | 26.897.833 |
| Orteses e próteses | 23.372,077 |
| Outros gastos | <u>1.401.588</u> |
| | 60.647.204 |

12. Despesas com Pessoal

| | 2019 Em Reais (1) |
|------------------------------------|----------------------|
| Salários e ordenados | 40.813.696 |
| Encargos sociais e previdenciários | 23.711.503 |
| Benefícios | <u>12.628.953</u> |
| | 77.154.153 |

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais (em azul)

| | 2019 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Utilidades e serviços | 3.258.084 |
| Material de consumo | 4.195.636 |
| Manutenção e locação | 12.127.758 |
| Gêneros alimentícios | 2.982.658 |
| Outros gastos | <u>3.637.984</u> |
| | 26.202.120 |

14. Outras Receitas Operacionais



| | 2019 Em Reais (1) |
|-------------------------|----------------------|
| Aluguéis | 147.079 |
| Recuperação de despesas | 238.011 |
| Donativos | 551.606 |
| Outras receitas | 88.890 |
| | <hr/> 1.025.586 |

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea “c”, do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

| TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | 2019 Em Reais (1) |
|-------------------------------------|----------------------|
| - COFINS | (7.341.816) |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | (9.280.412) |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (25.742.923) |

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2020.



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**. Rio de Janeiro.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações



significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES

CONTADOR: 1SP 186638/O-3

CNAI: 1922

IBRACON: 4108



São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO – HSVP
Ir. Cristina e Ir. Jacira

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 008/19

Período abrangência dos exames de auditoria: **julho/2018 a dezembro/2018.**

Apresentamos o relatório analítico auditoria do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício referente 2º. Semestre do ano de 2018, com as demonstrações financeiras:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado
- Notas Explicativas

Continuamos a inteira disposição;

Atenciosamente

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR CRC- 1SP 186.638/0-3
AUDITOR INDEPENDENTE – CFC CNAI – 1922
IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO AUDITORES INDEPENDENTES – 4108



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

(Em Reais 1)

| | Nota Explicativa | 2.018 | 2.017 |
|---|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | <u>676.728.087</u> | <u>576.585.867</u> |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4. | <u>576.730.902</u> | <u>497.133.786</u> |
| Caixa e bancos | | 2.602.528 | 1.849.775 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | | 574.128.374 | 495.284.011 |
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS | | <u>92.710.367</u> | <u>73.115.864</u> |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | | 89.125.432 | 74.698.802 |
| Outras contas e receber | 5. | 8.033.225 | 2.141.407 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (4.448.290) | (3.724.346) |
| ESTOQUES | | <u>7.286.818</u> | <u>6.336.218</u> |
| Medicamentos e materiais de consumo | 6. | | 6.336.218 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>35.057.964</u> | <u>29.348.429</u> |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | <u>323.811</u> | <u>217.849</u> |
| Contingências judiciais | | 323.811 | 217.849 |
| IMOBILIZADO | 7. | <u>34.243.005</u> | <u>28.534.542</u> |



| | | |
|--|--------------------|--------------------|
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 21.392.150 | 18.759.115 |
| Equipamentos de informática | 4.056.960 | 3.271.965 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.448.704 | 3.337.436 |
| Veículos | 123.921 | 273.249 |
| Móveis e Utensílios | 1.456.168 | 1.342.883 |
| Imobilizações em andamento | 5.508.259 | 553.339 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 14.070.526 | 13.585.755 |
| Outras imobilizações | 161.362 | 150.235 |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (15.975.045) | (12.739.435) |
| INTANGÍVEIS | 491.148 | 596.039 |
| Direitos de uso de softwares | 2.385.335 | 2.252.285 |
| (-) Amortizações acumuladas | (1.894.187) | (1.656.246) |
| TOTAL DO ATIVO | 711.786.051 | 605.934.297 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais 1)

| | Nota | 2.018 | 2.017 |
|---|--------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Explicativa | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | | <u>19.792.478</u> | <u>20.345.059</u> |
| Fornecedores | | 10.020.564 | 9.984.906 |
| Obrigações trabalhistas | 8. | 5.890.684 | 5.668.447 |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | 9. | 2.499.150 | 2.876.440 |
| Adiantamentos de clientes | | 226.399 | 207.648 |
| Outras contas a pagar | | 1.155.681 | 1.607.619 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | <u>8.061.932</u> | <u>8.131.871</u> |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | | 8.061.932 | 8.131.871 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | <u>683.931.641</u> | <u>577.457.367</u> |
| Patrimônio social | 10. | <u>683.931.641</u> | <u>577.457.367</u> |
| Patrimônio social | | 577.473.602 | 467.118.325 |
| Superávit / (Déficit) do exercício | | 106.458.039 | 110.339.042 |
| TOTAL DO PASSIVO | | <u>711.786.051</u> | <u>605.934.297</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ 18.010.750/0001-00

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais 1)

| | PERÍODO | |
|--|---------------------|---------------------|
| | De | De |
| Nota | 01/JAN./2018 | 01/JAN./2017 |
| Explicativa | 31/DEZ./2018 | 31/DEZ./2017 |
| RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE | <u>284.029.205</u> | <u>281.591.153</u> |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | <u>284.029.205</u> | <u>281.591.153</u> |
| Convênios de saúde privados | 275.694.150 | 273.766.424 |
| Atendimentos a não conveniados | 3.577.497 | 3.158.306 |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | 4.757.558 | 4.666.423 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS | <u>(45.092.893)</u> | <u>(41.311.894)</u> |
| Glosas de convênios | (1.364.911) | (2.470.079) |
| Repasses | (38.908.610) | (34.047.140) |
| Serviços hospitalares - gratuidades | (4.757.558) | (4.666.423) |
| Descontos e Abatimentos | (61.814) | (128.252) |
| RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA | <u>238.936.312</u> | <u>240.279.259</u> |
| CUSTO DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS VENDIDOS | <u>(61.696.127)</u> | <u>(57.880.788)</u> |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 11. (61.696.127) | (57.880.788) |
| RESULTADO OPERACIONAL BRUTO | <u>177.240.185</u> | <u>182.398.471</u> |



| | | | |
|--|-----|---------------------------|---------------------------|
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | <u>(104.678.577)</u> | <u>(115.096.515)</u> |
| Despesas com pessoal | 12. | (70.204.403) | (72.545.262) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais | 13. | (22.112.197) | (23.627.391) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | | (7.191.106) | (8.144.844) |
| Depreciações e amortizações | | (3.628.028) | (3.858.247) |
| Outras despesas gerais e administrativas | | (2.523.600) | (8.082.805) |
| Outras Receitas Operacionais | 14. | <u>980.757</u> | <u>1.162.033</u> |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS | | <u>72.561.608</u> | <u>67.301.956</u> |
| | | | |
| Despesas e Receitas Financeiras | | <u>33.896.431</u> | <u>43.037.086</u> |
| | | | |
| Despesas Financeiras | | (102.107) | (98.185) |
| Receitas Financeiras | | 33.998.538 | 43.135.271 |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES | | <u>106.458.039</u> | <u>110.339.042</u> |
| | | | |
| BENEFICIO TRIBUTÁRIO AUFERIDO | | <u>43.339.823</u> | <u>44.699.669</u> |
| | | | |
| ISENÇÕES E IMUNIDADES | 15. | <u>(43.339.823)</u> | <u>(44.699.669)</u> |
| | | | |
| COFINS | | (7.168.089) | (7.208.378) |
| Contribuição Social sobre o Lucro | | (9.581.224) | (9.930.531) |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | | (26.590.510) | (27.560.761) |
| | | | |
| SUPERÁVIT/ (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO | | <u>106.458.039</u> | <u>110.339.042</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 1º DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em Reais 1)

| CONTA | PATRIMÔNIO SOCIAL | | TOTAL |
|---|--|------------------------------|--------------------|
| | Superávits e Déficits Acumulados | Superávit do Exercício | |
| DESCRIÇÃO | | | |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 | 382.779.691 | 84.256.708 | 467.036.399 |
| Transferência para Patrimônio Social | 84.256.708 | (84.256.708) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 81.926 | | 81.926 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 110.339.042 | 110.339.042 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 |
| Transferência para Patrimônio Social | 110.339.042 | (110.339.042) | 0 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 0 | 16.235 | 16.235 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | | 106.458.039 | 106.458.039 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 577.457.367 | 106.474.274 | 683.931.641 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
CNPJ 18.010.750/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
(Em Reais 1)

| | PERÍODO DE | |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| | 01/JAN./2018 A 31/DEZ./2018 | 01/JAN./2017 A 31/DEZ./2017 |
| 1 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | <u>89.659.668</u> | <u>100.458.935</u> |
| Resultado líquido ajustado | <u>110.757.353</u> | <u>120.390.183</u> |
| Resultado do exercício | 106.458.039 | 110.339.042 |
| Ajustes | | |
| Depreciações e amortizações | 3.628.028 | 3.858.247 |
| Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | 723.945 | 2.605.480 |
| Baixas de bens do imobilizado | 1.045 | 116.162 |
| Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | (69.939) | 3.389.327 |
| Transferências para o patrimônio social | 16.235 | 81.926 |
| Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | <u>(20.545.104)</u> | <u>(20.327.498)</u> |
| Cientes e outros recebíveis | (19.594.503) | (18.526.872) |
| Estoques | (950.600) | (1.800.626) |
| Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | <u>(552.581)</u> | <u>396.249</u> |
| Fornecedores | 35.658 | 1.290.400 |
| Obrigações trabalhistas | 222.237 | (170.159) |
| Impostos, taxas e contribuições diversas | (377.290) | 63.987 |
| Prestadores de serviços | 18.751 | (36.182) |
| Outras contas a pagar | (451.938) | (751.797) |
| 2 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | <u>(10.062.552)</u> | <u>(3.268.479)</u> |
| Aquisição de investimentos | 0 | 0 |
| Aquisições do imobilizado | (9.823.540) | (3.347.257) |



| | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Aquisições de intangíveis | (133.050) | (174.336) |
| Outros valores a receber | (105.962) | 253.114 |
| 3 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | <u>0</u> | <u>0</u> |
| 4 - VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO | <u>79.597.116</u> | <u>97.190.456</u> |
| 5 - RESUMO | <u> </u> | <u> </u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 497.133.786 | 399.943.330 |
| Varição das disponibilidades no período | 79.597.116 | 97.190.456 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 576.730.902 | 497.133.786 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO | | |
|---|---------------------|---------------------|
| (Em Reais 1) | | |
| | 2.018 | 2.017 |
| VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR | | |
| RECEITAS | <u>239.917.068</u> | <u>241.441.291</u> |
| Prestação de serviços hospitalares | 284.029.205 | 281.591.153 |
| Outras Receitas Operacionais | 980.757 | 1.162.033 |
| (-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos | (45.092.894) | (41.311.895) |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | <u>(24.635.796)</u> | <u>(31.710.194)</u> |
| Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo | (22.112.197) | (23.627.391) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (2.523.599) | (8.082.804) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | <u>215.281.272</u> | <u>209.731.097</u> |



| | | |
|--|---------------------------|---------------------------|
| RETENÇÕES | <u>(3.628.028)</u> | <u>(3.858.247)</u> |
| Depreciações, Amortizações e Exaustões | (3.628.028) | (3.858.247) |
| VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | <u>211.653.244</u> | <u>205.872.850</u> |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | <u>33.998.538</u> | <u>43.135.271</u> |
| Receitas Financeiras | 33.998.538 | 43.135.271 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | <u>245.651.782</u> | <u>249.008.121</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | | |
| Custos com Material de Uso e Consumo com Ativ. de Saúde | 61.696.127 | 57.880.788 |
| Custos com Pessoal e Encargos com Ativ. de Saúde | 70.204.403 | 72.545.262 |
| Serviços técnicos e especializados de terceiros com Ativ. de Saúde | 7.191.106 | 8.144.844 |
| Despesas Financeiras | 102.107 | 98.185 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 106.458.039 | 110.339.042 |
| VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO | <u>245.651.782</u> | <u>249.008.121</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO
Rio de Janeiro - RJ

POLITICAS CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Informações Gerais

O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a:

- a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade;
- c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde;
- d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins;
- e) Gerenciar serviços de saúde;
- f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e
- g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRATICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial:

- a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade,
- b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros;
- c) Resolução 1.255/09 – NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas;
- d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação Societária, e com os atos homologados pelos órgãos reguladores, e as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam as normas de contabilidade para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (1) - unidades de moeda brasileira – e elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatório Financeiro para Pequenas e Médias Empresas emitida pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). A administração da entidade concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A seguir descrevemos as práticas contábeis adotadas pela entidade:



2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.2 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Referem-se a valores de curto e longo prazo referentes a atendimentos hospitalares e a outros valores recebíveis decorrentes de antecipações, cauções, impostos a recuperar, etc. Sobre estes valores não incidem juros e ao final de cada período, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outros recebíveis são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores considerados incobráveis são reconhecidos como perda no resultado do exercício, e sobre os valores considerados duvidosos constitui-se provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa conforme o caso.

2.3 Estoques

Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda. O custo é calculado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

2.4 Investimentos

Refere-se à participação em sociedade cooperativa de crédito e estão registrados a valores originais acrescidos de valorização das cotas.

2.5 Imobilizado

Os Itens do imobilizado são mensurados pelo valor recuperável e estão ajustados por depreciações acumuladas. Os principais bens da unidade geradora de caixa – imóveis e equipamentos de maior valia – estão registrados ao valor recuperável destes ativos.



2.6 Contas a pagar a fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar a fornecedores e outras obrigações, são obrigações assumidas em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. As contas a pagar a fornecedores quando valorizadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais – unidade monetária brasileira - utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do encerramento.

2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente - legal ou implícita – e existe a probabilidade da não realização de valores a receber ou de uma saída de recursos. Os valores constituídos como provisões foram calculados e registrados tomando por base a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda.

A entidade avaliou seus principais bens do ativo imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da unidade geradora de caixa – hospital – ajustando os valores contábeis destes bens ao valor recuperável.

2.10 Ajuste ao valor presente

As atualizações e/ou descontos para ajuste ao valor presente dos elementos do ativo e passivo financeiros – aplicações financeiras de curto e longo prazo, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos conforme o caso - foram calculadas com base nas taxas de rendimentos ou encargos pactuada nas operações, de forma proporcional até a data do encerramento do exercício.



Em relação aos ativos e passivos não financeiros – contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores, e outras contas a pagar – não foram identificadas situações relevantes que indicassem a necessidade do referido ajuste.

2.11 Receitas, Custos e Despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos na demonstração do resultado com base na associação direta entre os custos e despesas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (Regime de Competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas, custos e despesas que resultem diretamente das mesmas transações ou outros eventos.

3. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos Associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente pelas contas-correntes bancárias, pelos saldo de aplicação financeiras, contas a receber e pelos empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros para negociação (caixa e equivalentes de caixa). Estão demonstrados por valores próximos aos seus valores de mercado, e estão expostos, principalmente, a riscos de mercado e de crédito, porém, nenhum indicativo de imparidade é conhecido pela Administração. A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito: representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de atendimentos hospitalares e outros créditos.
- b. Risco de liquidez: representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos financeiros estão representados pelos fornecedores e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas.
- c. Risco operacional: representa o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Entidade e de fatores externos, exceto os relacionados ao risco de créditos, de liquidez e de taxa de juros, bem como aqueles decorrentes de exigências legais e reguladoras. O objetivo da Entidade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos que inviabilizem a continuidade de suas operações.



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| | 2018 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Caixa e bancos | 2.602.528 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 574.128.374 |
| | <hr/> 576.730.902 |

5. Outras Contas a Receber

| | 2018 Em Reais (1) |
|---|----------------------|
| Adiantamentos a funcionários | 320.873 |
| Adiantamentos a fornecedores | 722.164 |
| Importações em andamento | 6.735.190 |
| Outros valores a receber (despesas antecipadas) | 254.997 |
| | <hr/> 8.033.225 |

6. Estoques

| | 2018 Em Reais (1) |
|---------------------------------------|----------------------|
| Medicamentos e materiais hospitalares | 5.556.196 |
| Orteses e próteses | 1.099.046 |
| Outros estoques | 631.576 |
| | <hr/> 7.286.818 |



7. Imobilizado

2018
Em Reais (1)

| Grupo de bens | Valor Justo | Depreciação Acumulada | Taxa de Depreciação ao Ano | Valor Residual |
|--|-------------------|-----------------------|----------------------------|-------------------|
| Máquinas, Aparelhos e Equipamentos | 21.392.150 | -9.466.872 | 10% a 20% | 11.925.278 |
| Equipamentos de informática | 4.056.960 | -2.674.329 | 10% a 20% | 1.382.631 |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.448.704 | -1.095.796 | 10% a 20% | 2.352.909 |
| Veículos | 123.921 | -123.921 | 20% | 0 |
| Móveis e Utensílios | 1.456.168 | -593.899 | 10% a 20% | 862.269 |
| Imobilizações em andamento | 5.508.259 | 0 | 0% | 5.508.259 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 14.070.526 | -1.924.406 | 4% a 10% | 12.146.120 |
| Outras imobilizações | 161.361 | -95.822 | 10% a 20% | 65.539 |
| TOTAL | 50.218.049 | -15.975.045 | | 34.243.005 |

8. Obrigações trabalhistas

2018
Em Reais (1)

| | |
|------------------|-----------|
| Salários a Pagar | 0,00 |
| Férias a pagar | 5.890.684 |
| | <hr/> |
| | 5.890.684 |

9. Impostos, Taxas e Contribuições Diversas

2017
Em Reais (1)

| | |
|--|-----------|
| Impostos a recolher/outras taxas | 370.673 |
| Contribuições e encargos sociais e previdenciários | 2.128.477 |
| | <hr/> |
| | 2.499.150 |



10. Patrimônio Social

É composto pelos valores dos superávits e déficits acumulados ao longo dos exercícios, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção de suas instalações e na manutenção dos serviços prestados.

11. Custos com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

| | 2018 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Material hospitalar | 10.082.878 |
| Drogas e medicamentos | 27.422.776 |
| Orteses e próteses | 22.900.198 |
| Outros gastos | 1.290.275 |
| | <hr/> 61.696.127 |

12. Despesas com Pessoal

| | 2018 Em Reais (1) |
|------------------------------------|----------------------|
| Salários e ordenados | 36.049.514 |
| Encargos sociais e previdenciários | 22.727.084 |
| Benefícios | 11.427.805 |
| | <hr/> 70.204.403 |

13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais

| | 2018 Em Reais (1) |
|-----------------------|----------------------|
| Utilidades e serviços | 2.672.472 |
| Material de consumo | 3.448.570 |
| Manutenção e locação | 10.013.495 |
| Gêneros alimentícios | 2.843.622 |
| Outros gastos | 3.134.038 |
| | <hr/> 22.112.197 |



14. Outras Receitas Operacionais

| | 2018 Em Reais (1) |
|-------------------------|----------------------|
| Aluguéis | 141.271 |
| Recuperação de despesas | 323.291 |
| Donativos | 330.218 |
| Outras receitas | 185.977 |
| | <hr/> |
| | 980.757 |

15. Isenções e Imunidades

15.1 Imunidade

O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988.

Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir.

| TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | 2018 Em Reais (1) |
|-------------------------------------|----------------------|
| - COFINS | (7.168.089) |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | (9.581.224) |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (26.590.510) |

16. Seguros

A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos

17. Aprovação das Demonstrações Financeiras



Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30 de janeiro de 2018.

Fim do relatório

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administrados do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do **HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista



para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam



as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2.019.

EVR AUDITORES INDEPENDENTES - 2SP036695/O-6 "RJ".

EMERSON VARGAS RODRIGUES
CONTADOR: 1SP 186638/O-3
CNAI: 1922
IBRACON: 4108

Contribuinte,

Confira as informações cadastrais no comprovante e, se houver qualquer divergência, providencie a sua atualização na unidade de cadastro indicada.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Cadastro de Contribuintes do ICMS

INSCR. ESTADUAL
10.011.604

DATA INSCRIÇÃO
24/06/2013

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

CONTRIBUINTE (Nome/Razão Social)
HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)

CNPJ/CPF
18.010.750/0001-00

NATUREZA JURIDICA
OUTRAS ENTIDADES S/ FIM LUCRATIVO

ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE)
PRINCIPAL

SECUNDÁRIAS

NATUREZA DO ESTABELECIMENTO
UNIDADE OPERACIONAL

ENDEREÇO COMPLETO
RUA GONCALVES CRESPO,430
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP 20270-320

REGIME DE TRIBUTAÇÃO
REGIME NORMAL

SITUAÇÃO CADASTRAL
BAIXADO (VIDE OBS)

UNIDADE DE CADASTRO
6402 - IRF NORTE

RF ACOMP
6402

OBSERVAÇÃO
INSCRIÇÃO BAIXADA A PEDIDO A PARTIR DE 16/05/2016

Cai grau de endividamento e aumenta capacidade de poupar do consumidor

Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor identificou queda de 7p.p. (pontos percentuais) no grau de endividamento em relação ao mesmo período de 2017. Realizada entre os dias 30 de janeiro e 28 de fevereiro, com mais de 800 pessoas, em todo o Brasil, a pesquisa eletrônica constatou que em média 13% dos consumidores consideram-se muito endividados. No ano passado, este percentual foi de 20%. Já 26% afirmaram estar mais ou menos endividados. 42% um pouco endividados e 19% alegaram não ter dívidas. Um aumento de 8p.p. em relação a 2017. A imagem a seguir contém os detalhes.

Sobre a percepção do poder de compra, houve um aumento do percentual dos consumidores que têm comprado mais. Em 2017,

11% tinham esta percepção, e agora são 19%. Por outro lado, caiu de 65% para 49% os que afirmam estar comprando menos em 2018, na comparação com o ano passado.

Para os que estão conseguindo manter o poder de compra, de um modo geral, prevalece a busca por qualidade ao realizarem a compra dos diversos itens da casa, em detrimento da promoção ou da marca.

A Boa Vista também identificou a capacidade de poupar dos brasileiros. Passou de 23% para 33% aqueles que afirmaram estar conseguindo poupar nos últimos seis anos. Já sete em cada 10 informaram que não têm conseguido economizar. Por sua vez, a poupança (60%) é o investimento mais usado, seguida de previdência privada (13%) e fundos, ações, CDB e outras modalidades (31%).

A pesquisa também inves-

tigou a suficiência da renda familiar no pagamento dos gastos fixos da casa (como conta de água, luz, telefone, TV paga, conta do celular), no fim do mês. A dificuldade em pagar estes gastos atinge cerca de 50% dos consumidores.

Ainda segundo o estudo, 62% dos entrevistados se consideram um consumidor "equilibrado". Aquele que compra o necessário, mas que, às vezes, excede os gastos. 27% definiram-se "conservadores", que compram o mínimo possível e somente quando precisam, e 11% "consumistas", que compram além do necessário.

A Pesquisa da Boa Vista SCPC sobre o Endividamento, Poder de Compra e Capacidade de Pagamento do Consumidor utilizou a metodologia quantitativa e foi realizada por meio de consulta eletrônica de 30 de janeiro a 28 de fevereiro.

Ceagesp tem alta de 0,21% em março

O Índice de Preços da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) encerrou o mês de março com alta de 0,21% em relação ao mês anterior. O índice é usado como sinalizador de preços de alimentos frescos no mercado. Segundo a Ceagesp, apesar da média de chuvas ter sido semelhante à média histórica para o período, a concentração de precipitação para o final do mês prejudicou as culturas de verduras, porém, sem reflexos nos preços em março.

Os setores de legumes e verduras registraram baixa nos preços, compensando, parcialmente, as fortes altas ocorridas do início do ano. Em janeiro, o setor de frutas registrou alta de 0,74%. As principais altas foram nos preços do mamão havaí (89,9%), do caju (34%), do mamão formosa (33,3%), da melancia (20,4%) e da laranja pera (18%).

As principais quedas ocorreram com o kiwi estrangeiro (-29%), com a pera estrangeira d'Anjou (-23,5%), com a maçã nacional fuji (-14,4%) e com a jaca (-13%).

O setor de legumes registrou recuo de 3,99%. As principais baixas ocorreram com os pimentões amarelo (-28,3%), e vermelho (-22,8%), com o chuchu (-27,3%), com o cará (-18,8%) e com o inhame (-16%). As principais altas ocorreram com a cenoura (10,4%), com a vagem macarrão curta (7,8%), com o pepino comum (5,3%) e com o jiló (5,1%).

O setor de verduras apresentou baixa de 5,53%. As principais reduções ocorreram com a alface-americana (-22,3%), com a catalonha (-17,9%), com o almeirão pão de açúcar (-17,5%), com a cenoura com folhas (-15,8%), com a alface lisa (-15,3%) e com as alfaves hidropônicas lisa e mimosa (-14,7%). As principais altas foram do brócolis-ninja (12,3%), da couve-flor (9,4%) e da salsa (6,5%).

O setor de diversos apresentou alta de 0,79%. As principais altas ficaram por conta do alho estrangeiro chinês (15,2%), dos ovos brancos (11,1%), dos ovos vermelhos (10%) e do alho nacional (9,7%). As baixas ocorreram com a batata beneficiada lisa

(-8,3%) e com o amendoim com casca (-2,7%).

O setor de pescados teve alta de 4,7%. As principais altas foram da sardinha fresca (69,2%), do namorado (14,4%), da pescada tortinha (13,9%), do robalo (12,6%) e da corvina (12,3%). As principais baixas ocorreram com a tainha (-6,4%) e com o camarão ferro (-4,3%).

De acordo com dados da Ceagesp, o volume comercializado no entreposto de São Paulo totalizou no trimestre 824.418 toneladas ante 835.166 negociadas no mesmo período de 2017. Decréscimo de 1,29%, influenciado principalmente pelo setor de legumes que apresentou diminuição no volume de 4,27% em relação ao mesmo período do ano passado.

O volume comercializado em março deste ano, da ordem de 291.366 toneladas, registrou uma leve retração de 0,25%, em comparação a março de 2017, quando atingiu 292.087 toneladas. O Índice Ceagesp fechou o mês de março com alta de 0,21%, contida pela redução dos preços nos setores de legumes e verduras.

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

CNPJ/MF nº 18.010.750/0001-00

| Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em Reais 1) | | Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1) | | |
|---|--------------|---|-------------|---|-------------|------------|
| | 2017 | 2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Ativo Circulante | 576.585.867 | 461.673.393 | 281.591.153 | 229.486.906 | 100.458.935 | 73.071.922 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4) | 497.133.786 | 399.943.330 | | | 120.390.183 | 88.881.561 |
| Caixa e bancos | 1.849.775 | 2.017.759 | | | | |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 495.284.011 | 397.925.572 | | | | |
| Contas a Receber de Clientes e Outros Recebíveis | 73.115.864 | 57.194.471 | | | | |
| Convênios médicos e atendimentos particulares | 74.698.802 | 57.044.284 | | | | |
| Outras contas a receber (Nota 5) | 2.141.407 | 1.269.053 | | | | |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (3.724.346) | (1.118.866) | | | | |
| Estoques | 6.336.218 | 4.535.592 | | | | |
| Medicamentos e materiais de consumo (Nota 6) | 6.336.218 | 4.535.592 | | | | |
| Ativo não Circulante | 29.348.429 | 30.054.360 | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 217.849 | 470.963 | | | | |
| Contingências judiciais | 217.849 | 470.963 | | | | |
| Imobilizado (Nota 7) | 28.534.542 | 28.743.572 | | | | |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 18.759.115 | 18.028.796 | | | | |
| Equipamentos de informática | 3.271.965 | 3.012.184 | | | | |
| Instrumentos cirúrgicos e hospitalares | 3.337.436 | 3.393.697 | | | | |
| Veículos | 273.249 | 273.249 | | | | |
| Móveis e Utensílios | 1.342.883 | 1.328.054 | | | | |
| Imobilizações em andamento | 553.339 | 741.684 | | | | |
| Benefeitorias em imóveis de terceiros | 13.585.755 | 11.173.901 | | | | |
| Outras imobilizações | 150.235 | 150.235 | | | | |
| (-) Depreciações e amortizações acumuladas | (12.739.435) | (9.358.228) | | | | |
| Intangíveis | 596.039 | 839.825 | | | | |
| Direitos de uso de softwares | 2.252.285 | 2.077.949 | | | | |
| (-) Amortizações acumuladas | (1.656.246) | (1.238.124) | | | | |
| Total do Ativo | 605.934.297 | 491.727.753 | | | | |
| Passivo Circulante | 20.345.059 | 19.948.810 | | | | |
| Fornecedores | 9.984.906 | 8.730.688 | | | | |
| Obrigações trabalhistas (Nota 8) | 5.668.447 | 5.838.606 | | | | |
| Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 9) | 2.876.440 | 2.812.453 | | | | |
| Adiantamentos de clientes | 207.648 | 138.309 | | | | |
| Outras contas a pagar | 1.607.619 | 2.428.754 | | | | |
| Passivo não Circulante | 8.131.871 | 4.742.544 | | | | |
| Provisão para contingências judiciais cíveis e trabalhistas | 8.131.871 | 4.742.544 | | | | |
| Patrimônio Líquido | 577.457.367 | 467.036.399 | | | | |
| Patrimônio social (Nota 10) | 577.457.367 | 467.036.399 | | | | |
| Patrimônio social | 467.118.325 | 382.779.691 | | | | |
| Superávit / (Déficit) do exercício | 110.339.042 | 84.256.708 | | | | |
| Total do Passivo | 605.934.297 | 491.727.753 | | | | |

| Demonstração do Resultado do Exercício (Em Reais 1) | | Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em Reais 1) | | |
|---|---------------|---|--|--------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Receita com Prestação de Serviços em Saúde | 281.591.153 | 229.486.906 | 1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 100.458.935 |
| Prestação de Serviços de Atendimentos Hospitalares | 281.591.153 | 229.486.906 | Resultado líquido ajustado | 120.390.183 |
| Convênios de saúde privados | 273.766.424 | 222.703.526 | Resultado do exercício | 110.339.042 |
| Atendimentos a não conveniados | 3.158.306 | 2.613.654 | Ajustes | |
| Outros serviços hospitalares - gratuidades | 4.666.423 | 4.169.727 | Depreciações e amortizações | 3.858.247 |
| Deduções das Receitas | (41.311.894) | (37.709.524) | Provisão/Reversão da provisão para devedores duvidosos | 2.605.480 |
| Glosas de convênios | (2.470.079) | (4.146.490) | Baixas de bens do imobilizado | 116.162 |
| Repesses | (34.047.140) | (29.248.170) | Provisão/Reversão da provisão de contingências judiciais a pagar | 3.389.327 |
| Serviços hospitalares - gratuidades | (4.666.423) | (4.169.727) | Transferências para o patrimônio social | (126.618) |
| Descontos e Abatimentos | (128.252) | (145.137) | Acréscimos / Decréscimos do ativo circulante | (20.327.498) |
| Receita Operacional Líquida | 240.279.259 | 191.777.382 | Clientes e outros recebíveis | (18.526.872) |
| Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos | (57.880.788) | (51.231.595) | Estoques | (1.800.626) |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 11) | (57.880.788) | (51.231.595) | Acréscimos / Decréscimos do passivo circulante | 396.249 |
| Resultado Operacional Bruto | 182.398.471 | 140.545.787 | Fornecedores | 1.290.400 |
| Receitas E Despesas Operacionais | (115.096.515) | (104.656.616) | Obrigações trabalhistas | (170.159) |
| Despesas com pessoal (Nota 12) | (72.545.262) | (69.582.561) | Impostos, taxas e contribuições diversas | 63.987 |
| Materiais de uso, consumo e expediente e gastos gerais (Nota 13) | (23.627.391) | (22.805.923) | Prestadores de serviços | (36.182) |
| Serviços técnicos especializados de pessoas físicas e jurídicas | (8.144.844) | (6.326.693) | Outras contas a pagar | (751.797) |
| Depreciações e amortizações | (3.858.247) | (3.657.009) | 2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos | (3.268.479) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (8.082.805) | (3.125.018) | Aquisição de investimentos | - |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 14) | 1.162.033 | 841.188 | Aquisições do imobilizado | (3.347.257) |
| Superávit (Déficit) do Exercício antes das Despesas E Receitas Financeiras | 67.301.956 | 35.889.171 | Aquisições de intangíveis | (174.336) |
| Despesas e Receitas Financeiras | 43.037.086 | 48.367.537 | Outros valores a receber | 253.114 |
| Despesas Financeiras | (98.185) | (78.804) | 3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos | - |
| Receitas Financeiras | 43.135.271 | 48.446.341 | 4. Variação das Disponibilidades no Período | 97.190.456 |
| Participações | 110.339.042 | 84.256.708 | 5. Resumo | |
| Benefício Tributário Auferido | 44.699.669 | 34.376.522 | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 399.943.330 |
| Isenções e Imunidades (Nota 15) | (44.699.669) | (34.376.522) | Variação das disponibilidades no período | 97.190.456 |
| COFINS | (7.208.378) | (5.753.241) | Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 497.133.786 |
| Contribuição Social sobre o Lucro | (9.930.531) | (7.583.104) | | |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (27.560.761) | (21.040.177) | | |
| Superávit (Déficit) do Exercício | 110.339.042 | 84.256.708 | | |

| Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro (Em Reais 1) | | |
|--|--------------|--------------|
| | 2017 | 2016 |
| Valor Adicionado a Distribuir | 241.441.291 | 192.618.569 |
| Receitas | 281.591.153 | 229.486.906 |
| Prestação de serviços hospitalares | 1.162.033 | 841.188 |
| Outras Receitas Operacionais | (41.311.895) | (37.709.525) |
| (-) Deduções das receitas - Glosas, descontos e abatimentos | (31.710.194) | (25.931.540) |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | |
| Despesas Administrativas com Materiais de Uso e Consumo | (23.627.391) | (22.805.923) |
| Outras despesas gerais e administrativas | (8.082.804) | (3.125.617) |
| Valor Adicionado Bruto | 209.731.097 | 166.687.029 |
| Retenções | (3.858.247) | (3.657.009) |
| Depreciações, Amortizações e Exaustões | (3.858.247) | (3.657.009) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade | 205.872.850 | 163.030.020 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 43.135.271 | 48.446.341 |
| Receitas Financeiras | 43.135.271 | 48.446.341 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 249.008.121 | 211.476.361 |
| Distribuição do Valor Adicionado | | |
| Custos com Material de Uso e Consumo com Atividade de Saúde | 57.880.788 | 51.231.595 |
| Custos com Pessoal e Encargos com Atividade de Saúde | 72.545.262 | 69.582.561 |
| Serviços técnicos e especializados de terceiros com Atividade de Saúde | 8.144.844 | 6.326.693 |
| Despesas Financeiras | 98.185 | 78.804 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | 110.339.042 | 84.256.708 |
| Valor Adicionado Distribuído | 249.008.121 | 211.476.361 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Período de 1/1/2016 a 31/12/2017 (Em Reais 1) | | | |
|---|-------------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2017 | Total |
| CONTA | | | |
| Descrição | 315.595.328 | 66.828.180 | 382.423.508 |
| Saldos em 01/01/2016 | 66.828.180 | (66.828.180) | - |
| Transferência para Patrimônio Social | 356.183 | - | 356.183 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | - | 84.256.708 | 84.256.708 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | - | 84.256.708 | 84.256.708 |
| Saldos em 31/12/2016 | 382.779.691 | 84.256.708 | 467.036.399 |
| Transferência para Patrimônio Social | 84.256.708 | (84.256.708) | - |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 81.926 | - | 81.926 |
| Superávit / (Déficit) do Exercício | - | 110.339.042 | 110.339.042 |
| Saldos em 31/12/2017 | 467.118.325 | 110.339.042 | 577.457.367 |
| 12. Despesas com Pessoal | | | |
| Salários e ordenados | 37.101.479 | | 37.101.479 |
| Encargos sociais e previdenciários | 25.134.839 | | 25.134.839 |
| Benefícios | 10.308.944 | | 10.308.944 |
| | | | 72.545.262 |
| 13. Despesas com Materiais de Uso, Consumo, e Expediente e Gastos Gerais | | | |
| Utilidades e serviços | 2.462.197 | | 2.462.197 |
| Material de consumo | 3.295.321 | | 3.295.321 |
| Manutenção e locação | 11.766.557 | | 11.766.557 |
| Gêneros alimentícios | 2.896.716 | | 2.896.716 |
| Outros gastos | 3.206.600 | | 3.206.600 |
| | | | 23.627.391 |
| 14. Outras Receitas Operacionais | | | |
| Alugueis | 148.616 | | 148.616 |
| Recuperação de despesas | 386.110 | | 386.110 |
| Donativos | 308.969 | | 308.969 |
| Outras receitas | 318.338 | | 318.338 |
| | | | 1.162.033 |
| 15. Isenções e Imunidades. 15.1 Imunidade. O Hospital São Vicente de Paulo na condição de entidade de saúde e assistência social, sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária no que se refere a seu patrimônio, renda e serviços, conforme estabelece o Artigo 12 da Lei 9.532/97 e a Alínea "c", do Inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal promulgada em 1988. Os benefícios recebidos no exercício na forma de isenção parcial ou total da contribuição para a COFINS, Contribuição Social s/ o Lucro, e Imposto de Renda Pessoa Jurídica, foram calculados como se devido fossem, cujos valores demonstramos a seguir. | | | |
| TRIBUTOS / CONTRIBUIÇÃO | | | |
| - COFINS | 7.208.378 | | 7.208.378 |
| - Contribuição Social sobre o Lucro | 9.930.531 | | 9.930.531 |
| - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 27.560.761 | | 27.560.761 |
| 16. Seguros. A entidade mantém seus bens móveis e imóveis segurados a valores julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas e/ou danos. 17. Aprovação das Demonstrações Financeiras. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção geral da entidade e autorizadas para emissão em 30/01/2018. | | | |
| Marinete Tibério | | | |
| Presidente - CPF 574.305.197-68 | | | |
| Roberto da Silva Jorge | | | |
| Contador - CRC/RJ 059353/0-1 | | | |

1. Informações Gerais. O Hospital São Vicente de Paulo é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, e se destina a: a) Prestar serviços à saúde nos conceitos da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; b) Prestar assistência hospitalar através de internações e serviços ambulatoriais especializados de média e alta complexidade; c) Criar, promover e ministrar cursos na área da saúde; d) Firmar acordos de cooperação ou convênios para residência médica, estágios oficiais, e cursos de formação e reciclagem nas áreas afins; e) Gerenciar serviços de saúde; f) Editar, publicar e distribuir materiais referentes à educação para a saúde; e g) Desenvolver pesquisas para desenvolver o aperfeiçoamento das atividades de cura e prevenção. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO Brasil emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade em especial: a) Resoluções 750/93 e 1.282/10 - Princípios de Contabilidade; b) Resolução 1.409/12 - ITG 2002 - Entidades sem finalidade de lucros; c) Resolução 1.255/09 - NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; d) Resoluções 1.185/09 e 1.376/11 - NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e Resolução 1.374/11 - NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação das Demonstrações Contábeis, com a Legislação

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF
Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

| |
|--|
| CNPJ 18.010.750/0001-00 |
| SCP |
| NOME EMPRESARIAL Hospital São Vicente de PAulo |

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

| | |
|---|---------------------------|
| PERÍODO DA APURAÇÃO 01/01/2017 a 31/12/2017 | SITUAÇÃO Normal |
| IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.5E.6C.09.D9.26.9A.73.83 | |

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

| QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO | CPF/CNPJ | NOME | Nº SÉRIE DO CERTIFICADO | VALIDADE |
|----------------------------|----------------|--|--|-------------------------|
| Contador/Contabilista | 76663230778 | ROBERTO DA SILVA JORGE:76663230778 | 41294453202798053 | 02/08/2016 a 02/08/2019 |
| Diretor | 18010750000100 | HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO:18010750000100 | 163191235784463465236 32980843602157262 | 19/04/2016 a 18/04/2019 |

NÚMERO DO RECIBO:

2B.84.E5.25.06.A4.09.05.91.44.8D.6C.5
E.6C.09.D9.26.9A.73.83-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/07/2018 às 15:54:23

FA.32.B3.40.AC.EC.96.43
63.05.D1.81.A3.5D.05.38